



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARILDA SARMENTO LUIS

**O DIÁRIO DE ANNE FRANK:
A NARRATIVA DO COTIDIANO NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA
HISTÓRICA**

CAJAZEIRAS-PB
2019

MARILDA SARMENTO LUIS

**O DIÁRIO DE ANNE FRANK:
A NARRATIVA DO COTIDIANO NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA
HISTÓRICA**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

CAJAZEIRAS-PB
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-046
Cajazeiras - Paraíba

L953d Luis, Marilda Sarmento.

O Diário de Anne Frank: a narrativa do cotidiano na construção de uma memória histórica / Marilda Sarmento Luis. - Cajazeiras, 2019.
68f.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2019.

1. Análise literária. 2. Holocausto. 3. Autobiografia. 4. Memória. 5. Diário de Anne Frank. I. Ceballos, Rodrigo. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 82.09

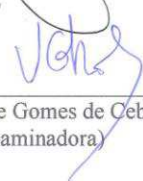
MARILDA SARMENTO LUIS

O DIÁRIO DE ANNE FRANK:
A NARRATIVA DO COTIDIANO NA CONSTRUÇÃO DE UMA
MEMÓRIA HISTÓRICA

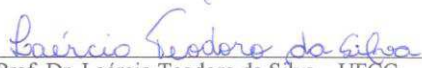
Aprovado em: 05 / 12 / 2019



Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
(Orientador)



Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos – UFCG
(Examinadora)



Prof. Dr. Laércio Teodoro da Silva – UFCG
(Examinador)

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa – UFCG
(Examinador – Suplente)

CAJAZEIRAS - PB
2019

Dedico este trabalho a minha família que não só me incentivou, como também me amparou em todos os momentos, sem jamais hesitar ou medir esforços para que eu pudesse realizar os meus sonhos. Aos amigos e professores que contribuíram e continuam a contribuir no processo de (des)construção a que estou constantemente sujeita dentro e fora da universidade. Por último, não menos importante, ao meu orientador Rodrigo Ceballos por ter lançado tantos questionamentos, me instigando a pesquisar e, assim, auxiliando diretamente na elaboração deste trabalho e na minha formação acadêmica e pessoal.

RESUMO

Durante o período que corresponde à Segunda Guerra Mundial, ressaltando suas consequências, dentre elas, o Holocausto, a literatura de testemunho serviu de suporte para que muitos “fugissem” de determinadas realidades que lhes eram impostas. É através de relatos pessoais e autobiografias que se pode ter uma certa proximidade com situações às quais as vítimas da guerra foram submetidas. Nesse sentido, sendo *O Diário de Anne Frank* uma narrativa que se adequa ao que foi citado acima, apresentamos como objetivo desta pesquisa uma análise da obra, propondo-se a discutir os fatores que levaram à sua inserção na memória coletiva e à futura transformação em Museu – Casa Anne Frank. Para tanto, estudaremos alguns aspectos do Holocausto, das narrativas testemunhais, da memória, dos chamados “lugares de memória” e do contexto que se instaurou no pós-guerra. Utilizaremos para embasamento teórico deste trabalho autores como Zygmunt Bauman (1998), Seligmann-Silva (2005), Barros (2011) e Nora (1993). Partindo, ainda, do objetivo mencionado anteriormente, pretendemos analisar comparativamente *O Diário de Anne Frank* e *É isto um homem?* obra de Primo Levi, sobrevivente do campo de concentração, com a finalidade de permitir uma nova experiência, demonstrando, assim, a existência de diferentes narrativas sobre o Holocausto. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi de cunho qualitativo. Além disso, foram feitas as análises documentais, bem como a revisão bibliográfica para o alcance do objetivo proposto.

Palavras-Chaves: Holocausto. Memória. Autobiografia. Musealização.

ABSTRACT

The World War II was a hard period and had many consequences, one of them, is the holocaust. To know how it happened we have the testimony literature, that served as a support for many to “escape” the harsh reality they were living. It’s through the personal tale and autobiography that we can have some kind of proximity with this people that suffered in the war. In this sense, *The Diary of a Young Girl*, written by Anne Frank, is a perfect narrative to highlight this premise. Furthermore, this research has a goal to analyse her work, proposing to discuss the factors that led to its insertion inside the collective memory and the transformation into a museum called Anne Frank House. To reach this goal, we will study some aspects of the Holocaust, the testimony narratives, the “places of memory” and the context that took place after the war. It will be used the theory of authors like Zygmunt Bauman (1998), Seligmann-Silva (2005), Barros (2011) e Nora (1993) Moreover, we will analyse, comparatively, *The Diary of Anne Frank* and *If This is A Man?* written by Primo Levi. A survivor of a concentration camp. With the intent of allowing a new experience, showing narratives about the Holocaust. The methodology used in this research. It has a qualitative character. Besides that, documental analyses and the bibliographic review were made to reach the aim of this research.

Key-words: Holocaust. Memory. Autobiography. Musealization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - HOLOCAUSTO: LITERATURA DE TESTEMUNHO E AS HISTÓRIAS DA FAMÍLIA FRANK E DE PRIMO LEVI	13
1.1 O HOLOCAUSTO E SUAS CARACTERÍSTICAS	13
1.2 A HISTÓRIA DA FAMÍLIA FRANK.....	18
1.3 PRIMO LEVI: HISTÓRIA E VIDA DE UM PRISIONEIRO DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO.....	22
1.4 RELATOS DE SOBREVIVENTES E A LITERATURA DE TESTEMUNHO	25
CAPÍTULO 2 - COTIDIANOS SOMBRIOS: RELATOS E EXPERIÊNCIAS DE VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO	29
2.1 DIÁRIOS ÍNTIMOS E A ESCRITA SOBRE SI.....	29
2.2 ANNE FRANK E PRIMO LEVI: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA.....	34
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIA E HISTÓRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	48
3.1 A MEMÓRIA E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES	48
3.2 O DIÁRIO DE ANNE FRANK E A SUA INSERÇÃO NA HISTÓRIA	51
3.3 “LUGARES DE MEMÓRIA”: A MUSEALIZAÇÃO DO PASSADO E A RELAÇÃO COM O PRESENTE	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

Annelies Marie Frank, comumente conhecida como Anne Frank, foi uma judia alemã, nascida em Frankfurt no dia 12 de junho de 1929. Aos quatro anos de idade, quando o partido nazista já apresentava grande influência na Alemanha, sua família, composta por Otto Frank, o pai; Edit Frank, a mãe e Margot Frank, a irmã; acreditando encontrar segurança física e financeira, se refugiaram na Holanda, em Amsterdã.

Graças ao *O Diário de Anne Frank*, não somente a família Frank, como também os ajudantes Johannes Kleiman, Victor Kugler, Miep Gies e seu marido Jan Gies; Johan Voskuijl e sua filha Bep Voskuijl; e mais quatro pessoas que se juntaram à eles no esconderijo para fugir das perseguições nazistas: Hermann Van Pels, sua esposa Auguste Van Pels e seu filho Peter Van Pels; e Fritz Pfeffer, são conhecidos hoje mundialmente.

Anne Frank ganhou o seu *Diário* de presente de aniversário quando completou 13 anos de idade. A partir de então, ela começou a descrever a sua rotina, percepções, relações com os familiares, dentre tantos outros aspectos que podemos analisar quando nos dedicamos à sua leitura. O que parecia algo normal para qualquer garota com a mesma idade, acabou tomando proporções inimagináveis.

Em 1940, os nazistas invadiram a Holanda. Se antes aquele lugar já havia trazido alguma segurança para os judeus, a partir de então não poderia mais. A família Frank precisou se esconder. Não se tratava mais de imposições, como frequentar apenas lugares de outros judeus, permanecer em casa após determinada hora, não utilizar nenhum tipo de transporte público – o que visava proibir qualquer contato e relação entre um judeu e um “verdadeiro alemão”. O fato é que o antissemitismo não se resumiria mais a isso. Seis milhões de judeus foram mortos através da política nazista.

Após dois anos vivendo em condições desumanas em um *anexo* localizado aos fundos do prédio da empresa na qual Otto Frank era sócio, os judeus que ali se esconderam foram denunciados – ainda hoje não se sabe por quem – e levados para campos de concentração. Dentre todos eles, apenas Otto sobreviveu ao Holocausto.

A última vez que Anne escreveu no *Diário* foi datada em agosto de 1944. Ela morreu de tifo em Bergen-Belsen, campo de concentração alemão.

O seu desejo era tornar-se imortal. Assim se realizou por meio da escrita.

[...] Preciso ter alguma coisa além de um marido e de filhos aos quais me dedicar! Não quero que minha vida tenha passado em vão, como a da maioria das pessoas. Quero ser útil ou trazer alegria a todas as pessoas, mesmo àque-

las que jamais conheci. Quero continuar vivendo depois da morte! E é por isso que agradeço tanto a Deus por ter me dado esse dom, que posso usar para me desenvolver e para expressar tudo o que existe dentro de mim! (FRANK, 2018, p. 260).

Hoje, *O Diário de Anne Frank* é conhecido em diversos países, já foi traduzido em várias línguas e, ainda, é utilizado nas escolas a fim de discutir questões pertinentes à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, portanto, às consequências da política nazista para os judeus.

Segundo o sociólogo Bauman (1998, p. 12),

O Holocausto foi de fato uma tragédia judaica. Embora os judeus não tenham sido a única população submetida a “tratamento especial” pelo regime nazista (seis milhões de judeus estavam entre as mais de 20 milhões de pessoas aniquiladas a mando de Hitler), só os judeus foram marcados para o extermínio, a destruição total, e não tinham lugar reservado na Nova Ordem que Hitler pretendia instaurar. Mesmo assim, o Holocausto não foi simplesmente um problema judeu nem fato da história judaica apenas. O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura. [...].

O Holocausto atingiu também a outras pessoas, dentre as quais estão homossexuais, mulheres, comunistas, ciganos e todos aqueles que, de boa fé, ousassem ajudar os que foram designados ao que o sociólogo definiu como “tratamento especial”. Para exemplificar, podemos citar dois dos ajudantes da família Frank: Johannes Kleiman e Victor Kugler, ambos mencionados em *O Diário de Anne Frank* – objeto deste trabalho – e que foram capturados (sendo um solto devido a complicações de saúde, enquanto o outro fugiu da prisão em 1945) juntamente com os oito judeus presentes no esconderijo o qual Anne Frank se refere na sua narrativa.

Através da escrita de Anne, o leitor percebe que o Holocausto não está ligado unicamente aos campos de concentração. A autora narra justamente a experiência de sua família de refugiados que vivem à distância dos horrores das câmaras de gás, mas que, ao mesmo tempo, sofrem com a incerteza do amanhã e também por não poderem desfrutar de uma liberdade que, na realidade, só é possível na teoria.

Quando levada pela Gestapo, polícia secreta alemã, juntamente com os outros integrantes do *anexo*, Anne teve que deixar pra trás tudo o que havia produzido durante o período que ali esteve.

Depois que os judeus e os dois funcionários holandeses do escritório foram levados, Miep encontrou o diário de capa xadrez que Anne mantivera de junho a dezembro de 1942. Espalhados pelo chão estavam também os cadernos de exercícios em que a menina escrevera versões subsequentes, o livro de re-

latos no qual compusera as histórias, ensaios, contos de fadas, reminiscências e fragmentos de novela que seriam reunidos e publicados no volume intitulado *Contos do esconderijo*, e, por fim, as centenas de folhas de papel colorido em que ela estivera revisando o diário desde a primavera de 1944. (PROSE, 2010, p. 74).

Nesse sentido, Miep, junto com a outra ajudante Bep Voskuijl, recolheram e guardaram os escritos de Anne para devolvê-los quando a encontrassem novamente. Entretanto, como visto, isso não se tornou possível. Anne foi levada a um campo de concentração, e devido às más condições de vida, acabou falecendo. Somente em 1945, após saber da morte de Anne, o *Diário* foi entregue a Otto Frank por Miep.

É inegável a importância de Anne Frank e do seu diário para a história dos judeus no período da Segunda Guerra Mundial. Ao lermos a obra, podemos confirmar o que foi dito anteriormente – a autora queria realmente publicá-lo. Quando ouviu no rádio que seriam recolhidos os relatos de sobreviventes, passou a fazer algumas revisões no que havia escrito. “Na edição crítica, o rascunho original do diário de Anne é chamado de a versão ‘a’. As revisões que ela fez nas folhas soltas constituem a versão ‘b’. E o livro que seu pai produziu combinando esses dois primeiros rascunhos é reimpresso como a versão ‘c’. [...]”. (PROSE, 2010, p. 23). O *Diário* foi publicado pela primeira vez em 1947.

Existe uma linha entre o desejo de Anne e o que veio a acontecer depois. O fato é que, para além da figura da própria autora, o sucesso do livro também tem a ver com fatores políticos. Estamos falando de um período pós-guerra. Nesse sentido, entendemos que, segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (1998, p. 11), “[...] O Estado judeu tentou usar a trágica memória como um certificado de sua legitimidade política, um salvo-conduto para suas decisões políticas passadas e futuras e, sobretudo, como pagamento adiantado pelas injustiças que pudesse, por sua vez, vir a cometer [...]”.

Portanto, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender o processo de inserção de *O Diário de Anne Frank* na memória coletiva, buscando analisar a sua relação com o contexto histórico que se estabeleceu após o final da Segunda Guerra Mundial, perpassando também pela transformação da memória no que hoje conhecemos como Museu Casa Anne Frank. É nosso objetivo ainda com este trabalho realizar uma análise comparativa com *É isto um homem*, de Primo Levi, também judeu e sobrevivente do campo de concentração, a fim de entender o Holocausto sob outra perspectiva.

Dessa forma, o trabalho constitui-se de três capítulos. Metodologicamente, a pesquisa está pautada em uma abordagem qualitativa. Ao longo dos capítulos, utiliza-

mos a revisão bibliográfica e a análise documental para alcançar os objetivos que foram estabelecidos. Como fontes para a construção do trabalho fizemos uso de artigos, monografias, dissertações e livros. Aqui destacamos alguns autores, como Bauman (1998), buscando entender o Holocausto; Seligmann-Silva (2005), objetivando discorrer a respeito da Literatura de testemunho e a sua importância, e também Nora (1993), perpassando pelo uso da Memória e pelo sentido dado aos chamados “Lugares de Memória”.

O capítulo 1, “**Holocausto: Literatura de testemunho e as histórias da família Frank e de Primo Levi**”, discorre sobre o termo Holocausto, suas características e consequências. Além disso, também serão abordadas questões relacionadas a literatura de testemunho, considerando que *O Diário de Anne Frank* se enquadra nesse tipo de narrativa; assim como também *É isto um homem?* de Primo Levi, o qual será analisado secundariamente a cargo de comparação e compreensão das diferentes situações retratadas em cada uma das obras mencionadas. Ainda neste capítulo, trabalharemos a biografia da Família Frank e de Primo Levi a fim de contextualizar melhor a discussão e facilitá-las nos capítulos vindouros.

O capítulo 2, “**Cotidianos sombrios: Relatos e experiências de vítimas do Holocausto**”, encarrega-se, inicialmente, de compreender a autobiografia e alguns aspectos relacionados a esse gênero textual. Em seguida, adentraremos na análise das obras de Anne Frank e Primo Levi; que, como mencionado anteriormente, será feita com o intuito de entender as narrativas que derivam de um mesmo fato histórico – o Holocausto. Dessa forma, nos deteremos a estudar individualmente as circunstâncias que permitiram a elaboração de cada um dos livros, o que inclui, conseqüentemente, assuntos e questões do interior de ambos.

O terceiro e último capítulo deste trabalho, “**Memória e História: Desafios e possibilidades**”, analisa *O Diário de Anne Frank* a partir da sua inserção na memória coletiva, considerando que existem diferenças entre o desejo da autora Anne Frank – publicar o diário e ser “imortal” – e o contexto histórico que se instaurou após o fim da Segunda Guerra Mundial com a “vitória” dos judeus e a criação do Estado de Israel. Portanto, cabe aqui entender alguns aspectos da relação entre História e Memória, ressaltando que

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1996, p. 535).

O Diário de Anne Frank sobreviveu por meio dessas forças citadas pelo autor. Buscaremos, ao longo do capítulo, compreendê-las, além de analisar também o processo de musealização do passado – Museu Casa Anne Frank – e entendermos o significado que os museus, enquanto “lugares de memória”, apresentam para a História.

CAPÍTULO 1 HOLOCAUSTO: LITERATURA DE TESTEMUNHO E AS HISTÓRIAS DA FAMÍLIA FRANK E DE PRIMO LEVI

1.1 O HOLOCAUSTO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Comumente, quando mencionamos o termo Holocausto, as pessoas tendem a associá-lo de maneira automática aos judeus. Nesse sentido, é importante entender quais os motivos que as levam a tal pensamento, mesmo reconhecendo que houveram também outras vítimas do Holocausto perpetrado pelo nazismo.

Fruto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Holocausto, segundo Krasota (2014, p. 12):

[...] é caracterizado pela perseguição política, étnica, religiosa e sexual – praticada pelo governo nazista – e pela prisão e extermínio de mais de seis milhões de judeus e outros grupos considerados igualmente inferiores pelos alemães, tais quais ciganos, deficientes físicos e mentais, homossexuais, Testemunhas de Jeová, comunistas, socialistas e escravos (poloneses, russos e de outros países do leste europeu). Liderado por Adolf Hitler, o Holocausto tinha como fundamento o antissemitismo, o racismo e a vontade de criar uma sociedade perfeita. Assim, foi uma experiência de horror e violência inimagináveis, considerado o mais degradante ocorrido na Segunda Guerra Mundial.

A Nova Ordem de Hitler excluía qualquer um desses grupos por não os considerar dignos da Alemanha, lugar que somente os “verdadeiros alemães” – arianos – podiam ocupar. Na verdade, o nazismo tomou grandes proporções, recaindo também sobre outros países, o que significa que para além da Alemanha, a Europa também deveria estar livre de judeus (ressaltamos este povo por ter sido o único destinado ao total desaparecimento). Assim, as pessoas eram recompensadas para entregar aqueles que não se enquadrassem no padrão exigido. O antissemitismo, que antes já era evidente, foi se tornando cada vez mais forte. A criação de campos de concentração demonstra o alto nível alcançado pela política nazista.

Ainda hoje, o Holocausto, assim como outros genocídios que aconteceram no seio da nossa sociedade (dita moderna), nos surge como uma ferida que não foi capaz de ser cicatrizada. Para Bauman (1998, p. 26):

O indizível horror que permeia nossa memória coletiva do Holocausto (ligado de maneira nada fortuita ao premente desejo de não encarar essa memória de frente) é a corrosiva suspeita de que o Holocausto possa ter sido mais do que uma aberração, mais do que um desvio no caminho de outra forma reto do progresso, mais do que um tumor canceroso no corpo de outra forma sadio da sociedade civilizada; a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda.

É difícil compreender, em essência, as razões que levaram determinado grupo a tornar realidade tal fato. Portanto, continuamos a nos questionar sobre os motivos que induzem seres humanos a, simplesmente, destruir outros seres humanos. É nesse sentido, então, que percebemos e passamos a entender onde reside parte do problema, já que os nazistas utilizaram um método de grande importância que, segundo Bauman (1998, p. 46), fez com que eles se sobressaíssem. “[...] Foi o método de tornar invisível a própria humanidade das vítimas. [...]”. Pra facilitar a efetivação dos seus objetivos, Hitler tratou de desconsiderar determinados povos. As pessoas não conseguiam mais enxergar o outro como semelhante a elas e isso permitiu, em parte, a concretização do Holocausto. O discurso foi tomando forma até que a solução final foi a execução em massa dos judeus e a morte de outras pessoas consideradas também inferiores.

Dessa maneira, cabe a nós que buscamos uma resposta acerca das justificativas dos “responsáveis” para algo que consideramos injustificável – o Holocausto –, expandir nossa visão e abranger outras perspectivas que também explicam o acontecimento. É importante que o vejamos como algo além da maldade humana, justamente, porque tratamos de um fato que só foi possível devido a uma cadeia organizativa de funções destinadas a cada pessoa que participou da sua realização.

O soldado nazista, por exemplo, era parte desse conjunto, e enquanto tal, precisava cumprir o que lhe era designado, embora também acreditasse estar realizando o certo, sendo integrante do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido nazista) e, portanto, defensor da ideologia pregada pelo mesmo. Para citar Bauman (1998, p. 40) novamente, “[...] A lealdade à sangrenta tarefa devia ser – e era de fato – um derivativo da lealdade à organização.”. Se pensarmos desta forma, podemos considerar que a honra do soldado estava em primeiro lugar. Mas, para além de tal prerrogativa, e tomando nosso lugar de historiador, é preciso ter a consciência de que soldados nazistas tornaram o Holocausto possível, tanto quanto Hitler o fez, ultrapassando o “simples” limite da lealdade por fazer parte de algo muito mais complexo, já que este fato histórico tem como principal base o antissemitismo, que diz respeito a aversão aos judeus. Por esse motivo, faz parte de um contexto histórico, não sendo possível, então, excluir os soldados nazistas de tal conjuntura.

Segundo Arendt (2012, p. 21),

[...] a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de

provar que *não* era judeu ou descendente dos judeus; e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental. [...]

Aqui começamos a notar e compreender por que o Holocausto está diretamente ligado aos judeus. Hitler, líder do partido nazista, através de um discurso antissemita e munido de uma boa retórica, começou a trazer muitas pessoas para fazer parte do grupo. Desta forma, independentemente de qualquer outra coisa, os integrantes do partido estavam inseridos naquela narrativa, e, portanto, compactuavam de igual forma com o antissemitismo.

O antissemitismo, por sua vez, já era algo que existia há muito tempo. De acordo com Rees (2018, p. 14), “[...] Suas origens remontam a centenas de anos. Na época da emergência do cristianismo, por exemplo, embora o próprio Jesus fosse judeu, passagens da Bíblia enfatizam que os “judeus” se opunham a ele. [...]”. Nesse sentido, o autor continua afirmando que

[...] ideias nocivas a respeito dos judeus já estavam embutidas até no mais sagrado texto cristão e gerações de padres os marcaram como um povo “pérfido”, que “quis matar o Senhor Jesus Cristo”. Assim, não é difícil compreender por que a perseguição aos judeus era lugar-comum numa Europa medieval dominada pela cultura cristã. [...]. (REES, 2018, p. 14).

Portanto, o ódio pelos judeus não começou com Hitler e os nazistas. Mas, é possível dizer que ele tomou nova forma após a Primeira Guerra Mundial. As pessoas encontraram nos judeus o motivo pelo fracasso da Alemanha, e a partir disso começaram a vê-los de maneira diferente, o que, conseqüentemente, resultou na rejeição a eles. Rees (2018) explica que isso aconteceu durante e até mesmo depois da guerra.

Os judeus foram acusados não só de tentarem instigar uma revolução comunista na Alemanha. Foram também culpados pela derrota na guerra; pela destruição do velho regime político baseado no Kaiser; por terem concordado com os termos do odiado Tratado de Paz de Versalhes; e por participarem do governo de Weimar, que esteve à frente da hiperinflação do início da década de 1920. (REES, 2018, p. 26).

Percebe-se, com esta consideração, que a Alemanha saiu fragilizada da guerra. Após sua derrota, precisou assinar um acordo de paz, em que “concordava” fazer reparações econômicas aos países vencedores. Havia um clima de instabilidade política, econômica e social. Sendo assim, foi necessário encontrar um alvo para depositar toda culpa por esses infortúnios. Não muito difícil, culparam os judeus. Então, “foi nesse cenário de derrota na guerra e de enorme insatisfação que uma nova força política sur-

giu no Sul da Alemanha – o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Abreviando, os nazistas.” (REES, 2018, p. 27).

Seja por medo de uma ameaça comunista, ou seja pelo sentimento antissemita – este que corresponde ao maior dos motivos – as pessoas se sentiam representadas pela figura de Hitler e foram se filiando ao seu partido. A filiação surgiu, então, como uma resposta ao cenário que se instaurou no pós-guerra e uma resolução de todos os problemas que vieram junto a isso.

Hitler defendia uma sociedade “sem classes”, desde que os judeus estivessem fora dela. Assim, muitos sentiram-se atraídos por tal discurso, o que foi tornando o partido cada vez maior.

[...] Hitler fez muito mais do que simplesmente dizer a adeptos nazistas que os judeus eram os culpados pelos problemas da Alemanha. Não só pregou uma doutrina de ódio – também ofereceu esperança. Hitler pintou o quadro de uma nova Alemanha, na qual as diferenças de classe iriam desaparecer, e todos os alemães “arianos” estabeleceriam laços em uma comunidade nacional. [...] (REES, 2018, pp. 33-34).

A menos que você descendesse da “raça ariana”, estaria sujeito a rejeição. Nesse sentido, a sua origem definia o tratamento e o futuro que teria dentro da sociedade. Independentemente de qualquer conduta ou caráter que você apresentasse, o ser judeu resumiria a algo indesejável e, portanto, justificaria a perseguição feita.

Se voltarmos a pensar de que maneira algo tão bárbaro foi possível de se concretizar no seio da nossa sociedade como o Holocausto, podemos supor que o não contato com a vítima no momento de sua execução nas câmaras de gás, por exemplo, permitia que o agente da função a realizasse de maneira mais eficaz, fazendo com que a culpa pelo ato fosse, de certa forma, amenizada. Bauman (1998, p. 46) explica que:

O sucesso técnico-administrativo do Holocausto deveu-se em parte à hábil utilização de “pílulas de entorpecimento moral” que a burocracia e a tecnologia modernas colocavam à disposição. Dentre elas destacavam-se a natural invisibilidade das relações causais num sistema complexo de interação e o “distanciamento” dos resultados repugnantes ou moralmente repulsivos da ação ao ponto de torná-los invisíveis ao ator. [...]

Concluimos, então, que o Holocausto não aconteceu de modo aleatório. Milhões de pessoas foram mortas de maneira sistematicamente organizada e proposital. Uma organização que definiu milimetricamente cada função a ser cumprida e cada pessoa a que caberia tal atividade. Portanto, considerarmos loucos aqueles que faziam parte desse conjunto e que realizavam atrocidades a que entendemos como inadmissíveis é o mesmo que fazermos vista grossa para o que realmente foi o Holocausto. Como dito, é um

fato que não se justifica somente pela perversidade do homem. É claro que não podemos diminuir o significado e as suas consequências, já que é considerado um dos maiores massacres da nossa história. A questão é que o Holocausto foi algo que aconteceu dentro de um determinado contexto político e social e, conseqüentemente, deve ser entendido a partir disso.

1.2 A HISTÓRIA DA FAMÍLIA FRANK

Se hoje temos conhecimento sobre a família Frank – ao menos de modo geral – foi porque uma situação permitiu que isso acontecesse. Infelizmente, falamos do Holocausto. A partir de tal evento, Anne Frank, uma judia de 13 anos, passou a escrever em um diário aspectos da sua vida no esconderijo ao qual foi obrigada a se manter com a família até que a Guerra tivesse um fim ou, no pior dos casos, alguém descobrisse o lugar e os denunciassem para os nazistas – o que realmente aconteceu.

O diário foi publicado por uma editora holandesa em 1947. Otto Frank, pai de Anne e único sobrevivente dentre os que estavam no *anexo*, ficou responsável pelos escritos da filha quando soube da sua morte e, portanto, retirou algumas partes em que ela falava sobre sexualidade – algo que não era normal em livros para público juvenil – ou aquelas em que tratava a mãe de uma maneira pouco agradável. Nesse sentido, a primeira versão publicada passou por um recorte, não trazendo todas as páginas escritas por Anne.

A partir de então, o mundo passou a conhecer a história dos Frank, e veremos mais à frente que, evidentemente, o sucesso do diário tem relações com o contexto político que se estabeleceu após o fim da Segunda Guerra. No entanto, agora estudaremos sobre a vida de cada um dos integrantes da família. Aqui, é importante mencionar que tratamos do pai, da mãe, da irmã e da própria Anne.

A começar por Anne. Como visto anteriormente, ela foi uma adolescente judia, nascida em Frankfurt, Alemanha, que morreu aos 15 anos de idade em Bergen-Belsen, um campo de concentração. Em seu *Diário*, relata em 20 de junho de 1942:

Meu pai, o pai mais adorável que conheço, só se casou com minha mãe quando tinha 36 anos, e ela, 25. Minha irmã Margot nasceu em Frankfurt amMain, na Alemanha, em 1926. Eu nasci em 12 de junho de 1929. Morei em Frankfurt até completar 4 anos. Como éramos judeus, meu pai emigrou para a Holanda em 1933, quando se tornou diretor-administrativo da DutchOpektaCompany, que fabrica produtos para fazer geleia. Minha mãe, Edith Holländer Frank, juntou-se a ele na Holanda em setembro, enquanto Margot

e eu fomos mandadas a Aachen, para ficarmos com nossa avó. Margot foi para a Holanda em dezembro, e eu, em fevereiro, quando me puseram sobre a mesa como presente de aniversário para Margot. (FRANK, 2018, p. 17).

Ao longo do diário, por meio dos relatos que Anne faz de si e dos outros que ali conviviam juntamente com ela, podemos perceber traços da sua personalidade que é interessante ressaltarmos ao tratar sobre a história que lhe cerca, bem como sobre aqueles que fazem parte da sua família.

Pelo modo como trata o pai, Otto Frank, nota-se que Anne tinha os melhores sentimentos por ele: admiração, respeito e amor. Poderíamos pensar nisso como algo totalmente normal, mas, não se levarmos em consideração a relação que ela estabelecia com a mãe. Durante a narrativa, fica evidente o quanto era conturbada. Ela não conseguia sentir pela mãe as mesmas coisas que sentia pelo pai, e isso dificultou a convivência entre ambas durante os anos em que se mantiveram escondidas.

Por mais que não parecesse para os que lhe “conheciam”, Anne foi uma adolescente tímida. Otto, ao ler o diário que ela escreveu, não reconheceu a própria filha, justamente porque a mesma nunca havia falado sobre os sentimentos e opiniões que resolveu dividir com Kitty, sua amiga imaginária e a quem sempre destinou os seus relatos cotidianos.

Anne encontrou no papel o conforto e a amizade que acreditava não obter das pessoas. Assim traz em seu *Diário*: “[...] Tenho vontade de escrever e uma necessidade ainda maior de desabafar tudo o que está preso em meu peito”. (FRANK, 1998, p. 16).

Aparentemente, Anne demonstrava ser uma pessoa, mas, ao mesmo tempo, lutava com o seu eu interior na tentativa de ser alguém melhor para si e para os outros, havendo, assim, duas versões dela mesma, como bem ressalta em seu *Diário*. O fato é que ela sempre procurou esconder seus sentimentos com o intuito de se proteger do mundo.

Margot Frank, irmã de Anne, tinha três anos a mais do que ela, também nascida em Frankfurt, e sendo morta em Bergen-Belsen.

Os estudos que tratam sobre *O Diário de Anne Frank*, em sua grande maioria, debruçam sobre a figura da própria Anne, marginalizando, de certa forma, os outros personagens do *anexo*. No entanto, o próprio *Diário* nos traz várias informações que são importantes para entendermos as relações que se estabeleceram entre as pessoas naquele lugar e, conseqüentemente, algumas características referentes a cada uma delas.

Antes de irem para o esconderijo, Anne e Margot frequentaram a escola Montessori e depois, por restrições, foram para o Liceu Israelita. A ideia de se esconder já era

algo concreto e que vinha sendo programada por Otto (as perseguições nazistas estavam cada vez mais fortes). No entanto, algo fez com que a família se antecipasse: uma notificação da SS para Margot. De início, contaram para Anne que a carta era direcionada ao seu pai. Depois de algum tempo, de acordo com a narrativa de Anne, Margot lhe diz a verdade. Antes disso, ainda quando pensava ser uma notificação para o pai, a autora relata em seu *Diário*: “Fiquei pasma. Uma notificação: todo mundo sabe o que isso significa. Visões de campos de concentração e celas solitárias passaram por minha mente. Como poderíamos deixar papai ir para um destino assim?”. (FRANK, 2018, p. 29).

Depois de se alojarem no *anexo*, Margot e Anne continuaram com seus estudos – agora de maneira reservada, já que não podiam sair de lá. Anne destaca em seu *Diário* que Margot era muito inteligente.

Certas pessoas, como os Van Daan, parecem ter um prazer especial não somente em criar os próprios filhos, mas também em ajudar os outros a criar os deles. Margot não precisa disso, já que é naturalmente boa, gentil e inteligente, a própria perfeição, mas parece que minha maldade vale por nós duas. [...]. (FRANK, 1998, p. 51).

As pessoas do *anexo* costumavam chamar a atenção de Anne por sua “rebeldia” e isso fazia com que ela tivesse pensamentos do tipo que foi citado acima.

A existência de ciúmes por parte de Anne com relação a sua irmã fica nítida no diário:

[...] Claro que mamãe ficou do lado de Margot; elas sempre ficam do mesmo lado. Estou tão acostumada com isso que me tornei totalmente indiferente às censuras de mamãe e ao mau humor de Margot. Eu gosto delas, mas somente porque são mamãe e Margot. Não dou a mínima para elas como pessoas. De minha parte, elas poderiam pular num lago. Com papai é diferente. Quando o vejo sendo parcial com Margot, aprovando qualquer coisa que ela faça, elogiando, abraçando, sinto uma dor por dentro, porque sou louca por ele. [...]. (FRANK, 2018, p. 150-151).

Anne considerava Margot e Peter – o jovem que também estava escondido com sua família – “quietos e chatos”. Sobre sua irmã, ainda acrescenta: “[...]Ela é muito fraca e muito passiva para o meu gosto, deixa-se levar pelos outros e sempre recua quando é pressionada. [...]”. (FRANK, 2018, p. 93). Por esse motivo, Anne era vista como rebelde: não conseguia ficar calada diante de muitas circunstâncias. Portanto, era frequentemente comparada com Margot.

Edith Holländer, mãe de Anne, nasceu em Aachen no dia 16 de janeiro de 1900. “[...] O sobrenome Holländer também faz alusão aos Países Baixos e o que se

sabe é que seus antepassados se estabeleceram, em 1800, na Alemanha, provenientes de Amsterdã. [...]”. (PRESSLER, 2016, p. 108).

Partindo da narrativa que é trazida no diário – o lado de Anne – vimos que as relações estabelecidas entre os Frank pareciam, muitas vezes, difíceis. Nesse sentido, é importante ressaltar as circunstâncias em que se encontravam: Segunda Guerra Mundial que resultou em Holocausto e, mais, em esconderijo. Vidas que foram vividas em condições mínimas, em que tudo era controlado: horário para fazer uso do “banheiro”, cada movimento e até o ato de tossir – qualquer coisa que fugisse do normal poderia trazer sérias consequências para todos. Se não conseguimos entender, ao menos podemos tentar imaginar o quanto isso tem influência na maneira de cada um agir e sentir. O estresse fazia parte da rotina no esconderijo. Os atritos entre Anne e sua mãe, aparentemente, tem a ver com isso, sem falar também na própria idade da primeira – entre 13 e 15 anos – considerando que a adolescência é um período “difícil” por se tratar de uma transição da infância pra vida adulta, o que significa autodescoberta e é bem isso que podemos notar em Anne.

“[...] Edith era uma mulher inteligente e aberta, como demonstram os seus “métodos pedagógicos modernos”, que mais tarde tão má impressão causariam na Casa dos Fundos. [...]”. (PRESSLER, 2016, p. 110). A criação dos Frank com suas filhas foi alvo de crítica para os outros integrantes do anexo, principalmente, o modo de agir de Anne que era visto como responsabilidade dos pais.

Otto Frank, pai de Anne, é considerado por ela como um homem bondoso e gentil. Seu cuidado com a família é uma característica também utilizada pelos parentes para adjetivá-lo. “Ao se tornar adulto, Otto já demonstrava o quão era apegado à sua família, o quanto estava ligado a ela, e como este vínculo marcaria a sua vida inteira”. (PRESSLER, 2016, p 87). Ele nasceu em 12 de maio de 1889, também em Frankfurt, como suas filhas.

A decisão de se mudar para os Países Baixos com a família em 1933 tem relação com sua situação econômica e, mais, com o que poderia vir a acontecer com Anne e Margot, por serem judias, claro, e o nazismo já trazer grandes dificuldades para este povo na Alemanha. Otto não conseguia imaginar suas filhas sofrendo perseguição, e por isso, principalmente, buscou o afastamento do país.

Alguns anos à frente, a Holanda também não estaria segura para os judeus. Portanto, Otto planejou se esconder com a família. O esconderijo estava localizado no sótão do prédio em que trabalhava. Como visto, Otto foi o único sobrevivente dentre os

que estavam ali escondidos. Os outros, sua família ou não, acabaram morrendo em campos de concentração ou a caminho deles.

Quando soube da morte de Anne, Otto cuidou em levar o seu legado ao mundo. Independente de certas vontades, entende-se que algumas forças ligadas ao contexto que se instaurou permitiram que o *Diário* ganhasse tamanha visibilidade. De fato, hoje a família Frank e *O Diário de Anne Frank* são conhecidos mundialmente, mas por trás disso existe uma lógica e um amontoado de interesses que serão vistos no último capítulo deste trabalho.

1.3 PRIMO LEVI: HISTÓRIA E VIDA DE UM PRISIONEIRO DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

Primo Levi foi um judeu italiano que nasceu na cidade de Turim em 31 de julho de 1919 e faleceu em 11 de abril de 1987 na mesma cidade. Sobrevivente do campo de concentração nazista, passou a se dedicar à escrita após o fim da Segunda Guerra Mundial, utilizando seu testemunho com o objetivo de externalizar as memórias daquele período não somente para libertação própria (o que significa, segundo o próprio Levi, contar aos outros a sua experiência, tornando-os, assim, conhecedores daquilo que ele viveu), mas também como meio de mostrar o que foi o Campo, e como a humanidade das pessoas que ali foram obrigadas a permanecer acabou sendo, de certa forma, arrancada.

Além de ser formado em química, Primo Levi tornou-se também um escritor, ganhando destaque entre os nomes que abordam as vivências do período de dominação nazista. Através das suas obras, conseguiu alcançar o mundo todo, tornando as consequências do Holocausto ainda mais visíveis e até compreensíveis aos olhos dos que não as viveram. Dentre as obras mais conhecidas de Primo Levi, podemos citar “*É isto um homem?*” (1947), “*A trégua*” (1963) e “*Os afogados e os sobreviventes*” (1986).

A narrativa de Primo Levi expõe e interpreta os trágicos efeitos oriundos da derrota da razão e da emergência de uma força política que usou a racionalidade como instrumento de dominação plena e total, promovendo novas tragédias e catástrofes. [...]. (ZUIN, 2013, p. 235).

Enquanto parte de uma minoria sobrevivente, Levi pretende através do seu lugar dar visibilidade à grande maioria que morreu pelo cansaço, pela fome, por doenças e/ou também nas câmaras de gás nos campos de concentração.

Por meio da sua escrita, ao menos pelo que podemos notar em *É isto um homem?* – livro aqui utilizado como fonte para análise de diferentes perspectivas do Holocausto –, Primo Levi consegue manter a atenção do leitor voltada para a sua narrativa. Além disso, o autor faz algumas considerações que abrem caminhos para quem estiver lendo possa refletir junto a ele.

O autor, em *É isto um homem?*, faz uma análise profunda do período em que esteve no Campo, apresentando aspectos que estão para além de divisões as quais nosso senso comum está acostumado, como por exemplo o certo e o errado, o bem e o mal. Sob um olhar de reflexão, Primo Levi toca o nosso íntimo ao demonstrar através das palavras as relações que se estabeleceram no Campo e o quanto o ser humano esteve tão perto da sua pior versão, com todos os sonhos anulados e desprovido – na maioria das situações – de qualquer gota de esperança. Além disso, através do seu relato, é possível perceber as diferentes visões que se constroem dentro daquele espaço. O que é considerado importante e necessário para alguns, ao mesmo tempo pode não apresentar nenhum significado para outros.

Membro da resistência italiana, Primo Levi foi preso aos vinte e quatro anos de idade. Segundo seu próprio relato, ele “[...] Cultivava um moderado e abstrato espírito de rebelião”. (LEVI, 1988, p. 11).

Não fora fácil, para mim, escolher o caminho da montanha e contribuir para criar o que, na minha opinião e na de alguns amigos pouco mais experientes do que eu, deveria tornar-se um grupo de guerrilheiros ligado ao Movimento "Giustizia e Libertà". Faltavam os contatos, faltavam as armas, o dinheiro e a experiência para consegui-los; faltavam homens capazes; estávamos no meio de um monte de gente sem a menor qualificação; gente de boa ou má-fé, que chegara até lá vinda da planície, à procura de uma organização inexistente, de quadros, de armas, ou apenas de proteção, de um esconderijo, do calor de uma fogueira, de um par de sapatos. (LEVI, 1988, p. 11).

Foi em meio a essa inexperiência que a milícia fascista conseguiu prendê-lo. Deportado para Auschwitz em 1944, Primo Levi, assim como muitos outros prisioneiros – aqueles que não foram diretamente para as câmaras de gás –, passou a fazer parte do conjunto que mantinha o funcionamento dos campos através da força dos braços ou da mente.

Em Auschwitz, Primo Levi foi útil não somente com seu trabalho braçal, como também com os seus conhecimentos em química. Ele conseguiu seu diploma ainda durante a Segunda Guerra, mesmo com todas as restrições contra os judeus. Podemos dizer, então, que isso poupou a sua vida no Campo, já que passou a trabalhar em um laboratório. Nesse sentido, ele se considerava uma pessoa privilegiada porque ali poderia

manter-se aquecido diante do inverno que maltratava e matava os homens que trabalhavam lá fora – sofrimento ao qual também estava sujeito antes de ser aceito no laboratório.

Dentre muitos outros testemunhos do Holocausto, Primo Levi consegue através de seu relato conscientizar as pessoas a respeito do que o Campo representou para aqueles que “experimentaram” tamanha barbárie. Ao narrar o cotidiano em Auschwitz, o autor estabelece uma comunicação com o leitor, demonstrando a necessidade de se entender o contexto que os Campos foram instaurados.

Devemos ser escutados: acima de nossas experiências individuais, fomos coletivamente testemunhas de um evento fundamental e inesperado, fundamental justamente porque inesperado, não previsto por ninguém. Aconteceu contra toda previsão; aconteceu na Europa; incrivelmente, aconteceu que todo um povo civilizado, recém-saído do intenso florescimento de Weimar, seguisse um histrião cuja figura, hoje, leva ao riso; no entanto, Adolf Hitler foi obedecido e incensado até a catástrofe. Aconteceu, logo pode acontecer de novo: este é o ponto principal de tudo quanto temos a dizer. (LEVI, 1990, p. 124 *apud* ZUIN, 2013, p. 237).

Partindo de uma experiência individual, Primo Levi garante, por meio de sua narrativa, que muitas vozes silenciadas durante o Holocausto ecoam diante do mundo.

Os campos de concentração surgiram no seio da nossa sociedade dita moderna, portanto, não podem ser vistos de maneira alheia à realidade a qual estamos inseridos. Nesse sentido, o autor chama a atenção dos leitores para uma (possível) repetição que deve ser entendida a partir da contextualização desse fato histórico.

O Holocausto não pode ser evitado, assim como um novo também não poderá ser. De toda forma, os testemunhos atendem a função de conscientização das pessoas, demonstrando de que forma a manutenção dos campos foi possível e como os prisioneiros estavam inseridos naquele contexto, incluindo as vivências, o cotidiano, as humilhações, as seleções, as câmaras de gás e a morte de inúmeras pessoas que são retratados através do olhar daqueles que sobreviveram para contar a história.

A escrita, nesse sentido, surgiu – não só para Primo Levi – como uma forma de fugir aos pensamentos que atordoavam os sobreviventes (ou aqueles que estão ligados de forma direta através de laços familiares, como é o caso de Art Spiegelman que trata sobre a experiência do pai) mesmo depois da libertação do Campo.

Pensando dessa forma, a narrativa testemunhal cumpre a função de comunicar e tornar o leitor ciente das diferentes realidades acarretadas pelo Holocausto. Por um lado, temos Primo Levi que narra a partir de seu lugar de sobrevivente, enquanto alguém que viu a morte diante dos seus olhos e a degradação do ser humano dia após dia até o mo-

mento da libertação dos campos. Vistos em outras perspectivas, temos as narrativas de Anne Frank e Art Spiegelman. São diversas as possibilidades que encontramos na literatura de testemunho. Devemos entender as particularidades que cada relato apresenta, tomando como pressuposto o lugar que é ocupado pelos diferentes autores.

No capítulo seguinte, analisaremos com cuidado as especificidades da obra de Primo Levi. Nesse primeiro momento, nos dedicamos a fazer uma apresentação da sua trajetória, objetivando contextualizar a discussão e melhor entender os desdobramentos do Holocausto e da contribuição do autor para a sua história.

1.4 RELATOS DE SOBREVIVENTES E A LITERATURA DE TESTEMUNHO

A expressão “literatura de testemunho”, como ela propriamente já nos remete, está relacionada diretamente com a experiência/vivência de uma pessoa em determinada situação e que, conseqüentemente, utilizou-se da escrita para tornar público o que testemunhou em tal circunstância. Nesse sentido, é considerável e importante, já que nos remete a diversas perspectivas e contextos, a depender do testemunho trazido pelo autor.

“A noção fundadora de testemunho vem da chamada “literatura do Holocausto”, emblematizada pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial [...]”. (SALGUEIRO, 2012, p. 291). Foi durante o século XX que a literatura de testemunho avançou. Através da escrita ou da fala, os testemunhos relatam sobre ditaduras, genocídios, guerras e diversas outras “situações” consideradas traumáticas. O modo como fazem tais relatos pode variar conforme o interesse do seu autor. Anne Frank, por exemplo, o fez através de um diário.

Considerando este exemplo – e que pretendemos fazer uma análise comparativa com outra obra também referente ao período correspondente à Segunda Guerra Mundial – *É isto um homem?* de Primo Levi – nada mais justo do que entendê-las dentro da narrativa de testemunho, porque, evidentemente, tratam de testemunhos do Holocausto. Os autores, respectivamente, Anne Frank e Primo Levi, relatam suas experiências individuais enquanto judeus que viveram em um período de forte antissemitismo. A primeira esteve escondida em um *anexo secreto* durante um pouco mais de dois anos juntamente com sua família e outras quatro pessoas, e acabou sendo descoberta e levada a um campo de concentração, onde faleceu antes de completar seus 16 anos de idade. Portanto, trata em seu diário de suas relações familiares, do seu processo de autodescoberta, den-

tre outras vivências que lhes foram possíveis durante esse período. O segundo, sobreviveu ao campo de concentração e, assim, traz em seus escritos a experiência a partir do que ele testemunhou, atentando para reflexões sobre a condição humana e fugindo de maniqueísmos que nos são bastante comuns, além de também escapar de narrativas que tendem a colocar Holocausto versus vingança.

O século XX foi marcado por grandes avanços tecnológicos e grande desenvolvimento econômico; porém, foi também um período caracterizado por grandes eventos traumáticos na história da humanidade. Ao longo do tempo, na literatura, narrativas foram produzidas, oriundas de relatos de vítimas desses grandes acontecimentos. [...]. (MACIEL, 2016, p. 75).

Vale ressaltar, portanto, que o Holocausto foi um desses eventos traumáticos que ocorreram no século XX. Os relatos de Anne Frank e Primo Levi têm hoje alcance mundial. Por outro lado, muitas pessoas, diferentemente deles, morreram no “anonimato”. Com os seus testemunhos, os autores citados conseguem dar visibilidade também a essas personagens “esquecidas”. De acordo com Seligmann-Silva (2005, p. 87),

[...] O testemunho possui um papel de aglutinador de um grupo de pessoas — antes de mais nada, em se tratando da Shoah, dos próprios judeus — que constroem a sua identidade a partir dessa identificação com essa “*memória coletiva*” de perseguições, de mortes e dos sobreviventes. [...].

Ainda neste ponto de vista, segundo Seligmann-Silva (2005, p. 87) “*A cena do testemunho da Shoah*: Ela foi pensada em primeiro lugar como uma cena *detribunal*: aqui o testemunho cumpre um papel de justiça histórica e de documento para a história. [...]”. Justiça histórica no sentido de mostrar os horrores do Holocausto, e mais, de servir de abertura para o conhecimento de outras pessoas que também vivenciaram aquela situação, mas que, por vários motivos, não conseguiram tornar públicas suas experiências. Primo Levi faz isso em sua obra quando menciona nomes e características de alguns homens que passaram por sua vida durante o período que esteve no Campo, tornando-os, assim, “vítimas” tanto quanto ele, já que sem a sua menção continuariam, de certa forma, à margem.

Cada relato é, concomitantemente, pessoal e coletivo. Pessoal e íntimo porque parte da visão individual da experiência, carregada de vivências próprias que caracterizam cada um como é. Coletivo porque, no caso da *Shoah*, não se trata apenas de uma criatura, mas de milhares de pessoas com um destino semelhante ou comum, pois pertencentes ao mesmo grupo étnico ou à mesma condição de indesejados. Entendido como produto de nossa História e de nossa humanidade, o relato do Holocausto é também coletivo porque se constitui como herança histórico-cultural para as gerações por vir. (REGERT, 2007, pp. 75-76).

Por ser individual, entendemos a literatura de testemunho como uma narrativa que representa um recorte acerca de determinado acontecimento. Mesmo estando várias pessoas em um ambiente que lhes é comum, não podemos concluir que as experiências e, conseqüentemente, o modo de relatá-las, serão iguais. Por exemplo, o que Anne viveu foi singular e parte da sua história, isso significa que não faz parte da história de outra vítima das mesmas circunstâncias, seja ela quem for. A princípio, se pegarmos como amostra a experiência da sua irmã, Margot Frank, que viveu no mesmo *anexo* que ela, com certeza teríamos outra narrativa, porque o testemunho é algo subjetivo e, sendo assim, tem a ver com a maneira que você lida e entende a realidade que lhe é imposta.

Por outro lado, quando pensamos na abrangência de cada relato, devemos ter em mente que inúmeras pessoas passaram por situações semelhantes – com suas devidas particularidades – sendo, desta forma, contempladas com as narrativas dos que tiveram condições e possibilidades de publicá-las.

Segundo Maciel (2016, p. 75),

A literatura de testemunho pode ser entendida como uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico. Narrativas testemunhais são reconstruções de mundos implantados pelo autor. O testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e violação dos direitos humanos.

Ainda sobre a literatura de testemunho é importante saber que

[...] Certamente não podemos mais aceitar o seu modelo positivista. O testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, de um acidente ou de uma guerra, nunca deve ser compreendido como uma descrição realista do ocorrido. [...]. (SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 10).

Como podemos ver até aqui, os relatos testemunhais de Anne Frank e Primo Levi correspondem a determinadas vivências que ambos tiveram durante o Holocausto, portanto, abarcam diferentes pontos de vista e situações. São oriundas de um período em que as vítimas foram mantidas sob grandes sofrimentos. Nesse sentido, tais relatos não devem ser tomados como únicos. Entretanto, Anne Frank e Primo Levi, por representarem, em parte, o Holocausto, devem ser vistos como caminho para seu entendimento, pois houveram famílias que precisaram se esconder como a de Anne, assim como também existiram, sem dúvida alguma, pessoas que passaram pela mesma situação

que Primo Levi. Por esse motivo, as suas narrativas são consideradas como recriações de outros mundos.

Dito isso, podemos concluir que os testemunhos trazem traços do real, mas também podem apresentar alguns aspectos ficcionais – não inverídicos – ou reconstituídos, por tratarem de um evento traumático, tendo em vista que “[...] o relato testemunhal também faz parte do campo da memória, em que as narrativas são fragmentos de experiências do trauma e do traumatizado”. (MACIEL, 2016, p. 76). Compreendemos, assim, que a literatura de testemunho, geralmente ligada a um episódio que traz grande impacto à vítima, está diretamente vinculada com a memória e, portanto, sujeita a reconstruções. Desta forma, não deve ser vista de maneira positivista, sem o olhar crítico do historiador. “[...] Para virar arquivo, o testemunho há de ser lido na perspectiva historiográfica, *mas – e esse mas é decisivo – desde sempre como testemunho, com a marca indelével, insubstituível de ser testemunho: subjetivo, autêntico, lacunar*”. (SALGUEIRO, 2012, p. 289).

Entendido assim, não podemos negar o fato de que o testemunho tem muito a contribuir para a História, de guerras à ditaduras, dependendo de cada relato estudado. A questão a ser compreendida é justamente o teor e a própria caracterização deste tipo de literatura, sem que isso possa diminuir a sua importância.

Os testemunhos vistos aqui, como ficou explícito, são dotados de traumas. Essa característica, por si só, já nos diz muita coisa sobre a produção literária do relato testemunhal. São narrativas pessoais, e, portanto, subjetivas. Além disso, “[...] Cada gênero literário possui as suas “regras”, propõe um determinado “jogo” com o leitor. Sabemos que não existe uma autobiografia pura, sem “correções estéticas”, que ela é apenas uma construção motivada pelo que vivemos.” (SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 31). Sendo assim, percebemos que a estética também é um fator presente nas narrativas testemunhais. Notamos isso na obra de Anne Frank, por exemplo, haja visto que a partir de determinado momento, quando decidiu publicar o seu diário após o término da Guerra, passou a fazer algumas correções na sua escrita, visando uma melhor estruturação do relato a fim de que as pessoas pudessem lê-lo e achá-lo convidativo e interessante. Ainda aqui, é importante mencionar que todos os testemunhos são frutos de um contexto histórico e, portanto, marcados por ele.

Primo Levi, por sua vez, viveu o ápice do Holocausto – o campo de concentração. Ainda assim, conseguiu sobreviver e fazer com que, através do seu relato, as pessoas pudessem ter acesso não só à sua história, como também a de muitos outros, inclusi-

ve da própria Anne Frank, já que a mesma não pode externalizar o que aquilo significou pra ela – sua escrita se encerrou quando o esconderijo foi descoberto – tendo em vista que a autora morreu em um Campo. A história que Anne Frank conta está à margem, de certa forma, o que, sem nenhuma dúvida, não ameniza a sua vivência no *anexo*, considerando que as condições em que lá esteve também eram das piores possíveis: geralmente, não tinham alimentos suficientes e de qualidade, sem falar também de questões relacionadas à higiene do lugar e ao próprio fato de se manterem escondidos, o que requer muita cautela com tudo o que é feito dentro do ambiente para não chamar a atenção de pessoas indesejadas.

CAPÍTULO 2

COTIDIANOS SOMBRIOS: RELATOS E EXPERIÊNCIAS DE VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO

2.1 DIÁRIOS ÍNTIMOS E A ESCRITA SOBRE SI

De acordo com Lima e Santiago (2010, p. 23), “A escrita autobiográfica, incluindo o diário pessoal, pode ser historicamente localizada. Se as escrituras pessoais existem desde a Antiguidade, elas não se configuram, nesse período histórico, como autobiográficas [...]”. Ainda segundo esses autores, “O desenvolvimento da individualidade no Renascimento e a ascensão da subjetividade na modernidade, que levam à busca de apropriação e de unificação do sujeito racional, são fatores decisivos para a valorização

da escrita de si [...]”. (LIMA E SANTIAGO, 2010, p. 23). Assim, a partir desse momento, os diários íntimos começaram a surgir na sociedade como representação de uma individualidade que estava emergindo, a fim de delinear, de certa forma, a vida particular de cada ser, dividindo-a entre o que se queria mostrar – público – e aquilo que se pretendia guardar através da escrita – privado.

Sobre a prática de escrever, Henrique e Suliman (2012, p. 29) concordam que:

[...] Convém salientar que, se nos dias de hoje a prática da escrita de diários está associada à condição feminina, definida como “coisa de mulher”, até o século XIX o número de homens que escrevia diários íntimos era bem mais proporcional ao número de mulheres. E, em época mais recuada, entre os séculos XVI e XVIII, escrever diários estava muito mais associado ao universo masculino. Somente no século XIX o diário íntimo passa a ter a conotação pejorativa de “coisa de mulher”.

Hoje, mesmo ligada de maneira geral ao sexo feminino, o desempenho desta ação é bem menos recorrente do que há uma década ou mais. Ainda assim, é importante saber que a prática de escrever em diários atende algumas funções na vida dos que realizam tal atividade. Nesse sentido, é importante que façamos uma análise dessas funções, tendo em vista que o objeto de pesquisa deste trabalho é justamente um diário de uma adolescente sob o contexto da Segunda Guerra Mundial.

A respeito da estrutura do diário, Krasota (2014, p. 22) relata que a mesma “[...] faz-se por anotações com data, o que permite ao leitor que acompanhe todas as experiências pelas quais passa o autor e sua trajetória de vida, como no diário de Anne Frank [...]”. Entende-se, assim, que existe uma cronologia a seguir na escrita de um diário, a depender da frequência com que o autor o mantém. Todavia, nada impede que ele acrescente comentários, ou qualquer informação que se deseje, ao que já foi colocado. A própria Anne utiliza esse método. Tendo em vista sua decisão de publicar o diário, optou por fazer revisões e isso, conseqüentemente, acarretou em mudanças na constituição da obra, seja no acréscimo ou na retirada de algumas partes.

Para Seligmann (2010, p. 07), “[...] o diário possui também uma respiração, um ritmo, que expressa a situação anímica e corpórea de seu autor e para ela aponta. [...]”. Ou seja, a maneira como se escreve caracteriza o meio e o estado em que se encontra o autor. Determinados aspectos são mais evidentes se entramos em contato com o diário propriamente dito (físico), de modo a perpassar por suas páginas e analisar detalhadamente cada elemento que o compõe.

A escrita é vista tanto como ducto por onde escorre a vida privada, como também, em muitos diários, neste duto misturam-se de modo claro as águas

da vida pública. O texto, nestes casos, se transforma em um dique. A potência que guarda pode ser transformada em energia mesmo muitos anos depois de passados os fatos, justamente porque na estrutura do texto se entrecruzam, em uma trama, a vida íntima com a pública, o trabalho literário com as marcas do “real”. (SELIGMANN, 2010, p. 07).

Além de determinar características pertinentes a condição do autor, o diário também abre caminhos para compreender aspectos da sua vida privada e possíveis relações com os que lhe são próximos, bem como da vida pública que o cerca, isto é, o contexto. Podemos perceber essa relação na obra de Anne Frank, já que a autora apresenta ambos elementos, acrescentando-nos, assim, no que diz respeito ao Holocausto nazista e às experiências que dele derivaram, e também no que se concerne a sua vida pessoal: como encarou o esconderijo, de que forma lidava com seus sentimentos e com a família, dentre outros aspectos que pertencem à privacidade da autora, mas que, com a publicação da obra, passou a fazer parte da ala pública.

Sobre o diarista, Pereira e Silva (2015, p. 270) apontam que:

O diarista não escreve para um leitor específico, mas geralmente para ele mesmo. Por essa razão não existe a intenção de agradar a ninguém. Ele conta os fatos como quer, na ordem que deseja e, também, pode haver momentos em que ele oculta algo. Os textos produzidos são de caráter informal e íntimo e nos quais o sujeito reproduz experiências vividas e situadas em um tempo e lugar determinados. Como predomina o elemento subjetivo, os verbos são utilizados na primeira pessoa do singular.

Nesse sentido, o diário atende a uma demanda pessoal e a sua escrita depende unicamente da vontade do diarista: o que e como escrever são algumas das muitas questões que lhe cabem.

Quando mencionamos *O Diário de Anne Frank*, é preciso salientar que a obra tende a fugir de algumas destas caracterizações, justamente pelo fato de que a autora pretendia – ao menos a partir de certo momento da narrativa – publicar a sua escrita. Sendo assim, vale ressaltar mais uma vez que isso tem influência direta na construção do diário. Se no comum, quando não se tem o desejo de compartilhar a escrita íntima com outras pessoas, a ideia de agradar a alguém é nula, agora com esse caso particular podemos falar da existência de um público, o que, de certa forma, requer uma estética na escrita e a melhor organização das ideias.

Ao caracterizar o diário, podemos dizer que “[...] Trata-se de uma forma de registrar os sentimentos e as sensações de momentos que precisam ser eternizados, na visão de quem os escreve. O diário é, para o autor, um querido amigo, totalmente confiável”. (PEREIRA; SILVA, 2015, p. 271). Determinados elementos são notados em *O*

Diário de Anne Frank. A autora cria um vínculo afetivo com o seu diário, chegando a atribuir um nome à amiga imaginária a quem lhe direciona a escrita. Kitty foi a sua escolha.

Anne evidencia, ao longo da narrativa, a importância do laço que se estabeleceu entre ela e o ato de escrever, ou, melhor dizendo, entre ela e Kitty. Isso se deve, em partes, pela ausência de um amigo – fato que a autora relata no diário – e, claro, também pela razão de estar vivendo em um período de forte antissemitismo (o que atingia diretamente a sua família) e, ainda, pela difícil relação entre ela e a mãe, Edith Frank. Nessas condições, o *Diário* ultrapassa os limites do papel e se transforma em alguém da total confiança do seu autor. Alguém que lhe “escuta”, lhe entende e lhe conforta.

Visto sob tal forma, é importante entender que *O Diário de Anne Frank* – objeto de estudo desta pesquisa – apresentou uma função específica para sua autora. Anne Frank viveu em circunstâncias fora do comum, e o fim que ela pensou para o seu diário também é algo pouco recorrente, embora possamos citar também outros exemplos de diários escritos durante a Segunda Guerra e que foram publicados posteriormente, dentre os quais estão “*O diário de Mary Berg*” (1945) e “*Uma vida interrompida: os diários de Etty Hillesum*” (1981).

Antes de ir para o esconderijo com a família – o que demarca uma grande mudança na vida de Anne – podemos dizer que, de modo geral, a sua escrita pouco se diferenciava de outras narrativas de garotas da mesma idade. Sentimos, ao fazer leitura do diário, que a necessidade de alguém em quem pudesse confiar sempre foi algo presente na vida da autora, algo que relata em sua narrativa antes mesmo de se mudar para o *anexo secreto*, o que nos faz crer que essa carência independe das circunstâncias em que ela se encontrava (mas torna-se ainda mais forte quando vai para o esconderijo). Por outro lado, ela também trata sobre o cotidiano na escola, os amigos, a família, dentre vários elementos que são visualizados em diários de adolescentes.

Anne foi uma jovem igual a qualquer outra até o momento que sua história toma um rumo específico. Nota-se, que, a partir desse marco, a autora passa a narrar sobre uma realidade que não é mais comum a qualquer adolescente, o que faz dela e de seu diário testemunhos de um fato histórico, e, portanto, detentores de grande importância dentro da historiografia.

Na História, o diário íntimo passou a ser considerado importante fonte a partir da renovação da pesquisa histórica com a Escola do Annales, como possibilidade de “compreender práticas culturais de uma época, ressaltar elementos para o entendimento de vidas comuns e/ou entrecruzar fatos e tempos e

analisar os diferentes sentidos que os marcaram”. (CUNHA, 2001, p. 51 *apud* ANDRADE, 2015, p. 02)

Sob essa ótica, fica claro que os diários íntimos são importantes veículos para o alcance de diversos aspectos da vida em sociedade em um dado momento histórico. *O Diário de Anne Frank* carrega consigo, de forma ainda mais notória, tal característica, tendo em vista o contexto da sua produção e que a sua escrita nos permite acessar tanto a vida pública quanto a vida particular durante os anos de 1942, 1943 e 1944 – período em que mantém o diário e que corresponde ao fim da Segunda Guerra.

[...] Lembre-se, ainda que, os diários íntimos estão sujeitos a, pelo menos, dois tipos de edição. Uma edição primeira é realizada pelo autor/escritor do diário, que escolhe o conteúdo a ser registrado, o conteúdo a ser codificado e o que compreenderá a esfera do não-dito. A segunda edição ocorre em muitos diários antes de publicados, momento em que entram em ação familiares expurgando passagens consideradas comprometedoras da imagem do autor ou da família, ou editores profissionais que, em certos casos, alteram o conteúdo original. Como qualquer outro documento histórico, o diário íntimo exige que o pesquisador reflita sobre as condições de sua produção, sobre sua historicidade. (HENRIQUE; SULIMAN, 2012, pp. 31-32).

Como já mencionado, a princípio, quando não se pensava na ideia de publicar, Anne escrevia apenas para si. Quando ouviu no rádio que após o fim da guerra seriam recolhidos relatos dos sobreviventes, ela decidiu, então, levar à tona a sua história de vida, mudando a forma de escrita, incluindo o que já havia adicionado ao diário. Nota-se, assim, que algumas edições foram feitas pela própria Anne, o que corrobora com a ideia acima citada.

Quando confirmada a morte da autora, seu pai, Otto Frank, encarregado de tornar realidade o desejo da filha, também editou e retirou algumas partes vistas como impróprias para serem colocadas em seu *Diário*. Sendo assim, entendemos que o *Diário*, ou qualquer tipo de autobiografia que se deseje estudar, é fruto de uma série de conveniências e que precisa ser levada em consideração no momento de sua análise.

Segundo Le Goff (1990, p. 547, *apud* ANDRADE, 2015, p. 08), “o documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram (...)”.

Sendo considerado, portanto, como um documento histórico, *O Diário de Anne Frank* não se mantém livre de tais prerrogativas. Como visto anteriormente, sofreu edições da própria autora e, posteriormente, do pai, além do papel da editora no processo de publicação. Ou seja, por trás de toda narrativa existe uma intenção. É preciso entender que intenção é essa, e mais, qual o contexto existente em torno da construção da

escrita, tendo em vista que nada é por acaso e que o cenário histórico influencia no desenrolar da mesma.

O diário íntimo apresenta, sem dúvidas, traços da subjetividade de quem o produz. Trata-se de um campo de autorreflexão, em que o seu autor, através de diálogo consigo mesmo, passa por um processo de autodescoberta, o que fica nítido na escrita. Além desses aspectos, o diário reflete sobre a realidade a que o autor está situado, sendo considerado, desta forma, como um documento. Por esse motivo, deve ser visto pelo historiador com um olhar crítico, já que parte de um conjunto de interesses e ações humanas.

2.2 ANNE FRANK E PRIMO LEVI: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

Embora tratem de um mesmo acontecimento, Anne Frank e Primo Levi utilizam-se de narrativas diferentes, tendo em vista que as situações vivenciadas por cada um também apresentam caráter específico e individual. Por um lado, ressaltamos que Anne faz uso de um diário, para tornar pública a sua experiência enquanto adolescente que viveu escondida juntamente com seus familiares e alguns amigos do pai, Otto Frank.

Quando precisou se esconder, por motivos já vistos até aqui, Anne levou consigo o diário. A partir deste momento, a escrita tomou outra forma. Não se tratava mais de simples relatos de um cotidiano normal ao qual estava anteriormente acostumada. Agora, confinada em um esconderijo, passou a refletir sobre aquele contexto que a circundava, sentindo-se culpada em algumas vezes por estar ali, enquanto outros judeus sofriam de inúmeras maneiras consideradas piores por ela.

É perceptível em sua escrita o quanto amadurecera durante o período em que esteve no *anexo*: seu processo de autodescoberta, a transição de idade e a própria maneira como escrevia. Esse último aspecto chama a nossa atenção justamente pelo fato da autora demonstrar domínio sobre as palavras – o que nos causa certo estranhamento se levarmos em consideração a idade que ela tinha.

Em sua narrativa, Anne faz uma reflexão sobre o que é possuir um diário:

[...] Ter um diário é uma experiência realmente estranha para uma pessoa como eu. Não somente porque nunca escrevi nada antes, mas também porque acho que mais tarde ninguém se interessará, nem mesmo eu, pelos pensamentos de uma garota de 13 anos. [...]. (FRANK, 2018, p. 16).

Mesmo que se refira ao não interesse de outras pessoas nesse momento, mais à frente afirma não estar “[...] planejando deixar ninguém mais ler este caderno de capa dura que costumamos chamar de diário, a menos que algum dia encontre um verdadeiro amigo [...]”. (FRANK, 2018, p. 16). Até então, nota-se que o único amigo que Anne podia contar era o seu diário. Na verdade, isso é algo que percebemos durante toda a narrativa. A situação em que Anne vive – privada do mundo e das pessoas – impossibilita o encontro com alguém que pudesse lhe entender, como sempre desejou. Por esse motivo, a escrita e sua amiga imaginária Kitty apresentam grande importância para ela. Além disso, o desejo de publicar o diário não demonstra que tenha encontrado um “verdadeiro amigo”, mas provém de um contexto social e ainda mais de uma necessidade de ser testemunha de algo tão grande como foi o Holocausto nazista.

A princípio, relata em 12 de junho de 1942: “Espero poder contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda”. (FRANK, 2018, p. 11). Aqui, percebemos com evidência o quanto a autora precisava de alguém para dividir suas experiências e o turbilhão de sentimentos que fervilhava em seu interior, e mais, para contar nos momentos de tristeza ou nas adversidades. É válido salientar que nesse momento do *Diário* ela ainda estava vivendo fora do esconderijo, podendo se concluir, então, que a escrita foi ainda mais necessária e importante no período em que estivera no *anexo*, já que não tinha uma boa relação com a mãe e alguns outros integrantes que com ela moravam, tornando o *Diário* cada vez mais em um forte aliado nas batalhas diárias.

[...] [o diário] Tornou-se, ao mesmo tempo, um lugar de refúgio e uma via de escape, adquirindo status de suporte de uma escrita pessoal sem o intuito de comunicar a alguém, mas com o objetivo de registro de memórias e de comunicação consigo próprio. [...]. (ZEN, 2005, p. 01).

É justamente isso que podemos ver em *O Diário de Anne Frank*. Mas, nesse caso específico, é importante atentar para o fato de que houve o intuito de compartilhar a narrativa, se não desde o início, ao menos a partir de um dado momento da história.

A escrita do diário, nas circunstâncias vividas pela autora, cumpriu para ela – além do papel de amigo ausente – a função de abrigo, seja na própria questão do Holocausto e as possíveis reflexões que isso acarreta ou até mesmo nas discussões que a autora tinha com a mãe. Sobre este último fato, as desavenças entre ambas são nítidas no diário, tanto que Anne chega a desconsiderar qualquer bom sentimento para com sua mãe.

Como já é de nosso conhecimento, quando decidiu tornar público o que havia escrito, Anne passou a fazer revisões no diário, retirando algumas partes “indelicadas” e adicionando outras que considerava necessárias. Em um comentário acrescentado por ela em 22 de janeiro de 1944 relata:

Agora que estou relendo meu diário, depois de um ano e meio, estou surpresa com minha inocência infantil. No fundo, sei que nunca poderia ser tão inocente de novo, por mais que quisesse. Entendo as mudanças de humor e os comentários sobre Margot, mamãe e papai como se tivesse escrito isso somente ontem, mas não consigo pensar em escrever tão abertamente sobre outras coisas. Fico tremendamente constrangida ao ler as páginas que falam de assuntos dos quais me lembro como sendo muito melhores do que realmente foram. Minhas descrições são muito indelicadas. Mas deixa pra lá. (FRANK, 2018, p. 71).

Ao mesmo tempo que percebemos uma evolução quanto a própria imaginação de Anne, o que é fruto do seu amadurecimento, notamos também a mudança de ideia, ou melhor dizendo, o entendimento desta, em relação a determinadas situações vividas e descritas por ela no diário. Em outras palavras, a autora reconhece a sua “infidelidade” ao fato, o que não significa que o mesmo não ocorreu.

Notamos, através dos testemunhos que nos dedicamos a estudar, e aqui incluímos também a obra *Maus*, de Art Spiegelman, em seus dois volumes (1987 e 1995), que existe um dever histórico por parte dos autores em relatar experiências suas ou de pessoas próximas. Podemos considerar que isso se deve (não totalmente), pela necessidade de fazer com que todas as vítimas sejam ouvidas através das vozes que conseguiram fazer barulho. No caso de *Maus*, o autor Spiegelman utilizou-se da história em quadri-nhos para retratar o Campo sob a perspectiva do seu pai, vítima conjuntamente com sua esposa do Holocausto nazista. Ambos sobreviveram ao campo de concentração. No entanto, sua mãe não conseguiu superar o peso do trauma e acabou tirando a própria vida.

Se não no caso da escrita de Anne Frank – por estar distante do que terrivelmente associamos ao Holocausto judeu –, podemos perceber no caso da obra de Primo Levi – narrativa proveniente da experiência direta do campo de concentração – o quanto a questão da insuficiência das palavras tem relação com o tipo de narrativa que analisamos e o contexto que possibilitou a sua construção. Tanto que o próprio autor relata:

Se os Campos de Extermínio tivessem durado mais tempo, teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora para explicar o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega. (LEVI, 1988, pp. 125-126).

Trata-se, obviamente, de um testemunho traumático, e isso justifica o porquê das palavras serem incapazes de representar algum significado ou resumir as atrocidades que lhe ocorreram no Campo. Ao mesmo tempo que percebemos tal dificuldade para explicar algo que é indizível, compreendemos também o porquê – ou ao menos parte dele – do fato de que algumas pessoas simplesmente optam por não narrar a sua experiência.

Cada relato deve ser visto de modo único e particular, porque as circunstâncias que possibilitaram a sua produção variam de pessoa para pessoa. Também deve se levar em consideração as marcas deixadas pela experiência vivida. As vítimas reagem às diferentes situações de modo individual. Portanto, as narrativas devem ser analisadas e entendidas a partir disso, com suas devidas especificidades. Sendo assim,

Cada obra que vai sendo conhecida e lida, mesmo versando sobre o centro comum que foi o horror do Holocausto, vai se acrescentando de aspectos diferenciados, de novos vieses, do conhecimento que vamos construindo a partir do relato de quem viveu, na posição de vítima, direta ou indiretamente, sobre a realidade do nazismo. Cada autor, a seu modo, lança luzes e esclarece a si e a nós, leitores, que valor atribui ao Holocausto e o que foi possível aprender com ele. [...] (REGERT, 2007, p. 55).

Pensando por outro lado, existem aqueles que não conseguem partilhar a experiência do Holocausto seja por não encontrarem palavras suficientes para algo que é simplesmente inexplicável – como visto anteriormente – ou por não se arriscarem a visitar a fundo as memórias que até mesmo sem nenhum esforço insistem em atormentar os que sobrevivem a eventos de cunho traumático como este. “O primeiro grande e irrevogável legado do Holocausto: nunca esquecer o *Lager* - fardo a ser carregado para todo o sempre pelo sobrevivente. [...]”. (REGERT, 2007, p. 65). Isso é algo que não demanda nenhuma ação da vítima. O tipo de pensamento à qual nos referimos simplesmente surge e fica. Algumas pessoas conseguem sobreviver ao Campo, enquanto espaço físico, mas não à memória dele.

Todo e qualquer testemunho, de sobreviventes ou não, contém uma escrita que está diretamente ligada à maneira como a vítima se sente em relação ao que lhe aconteceu. Como vimos, há os que escreveram durante o Holocausto – Anne Frank –, aqueles que narraram a trajetória logo depois da libertação dos Campos – Primo Levi –, também os que demoraram muito tempo até digerir a própria história e conseguir transcrever para o papel e ainda os que não alcançam de nenhuma forma a realização de tal feito. Isso demonstra que cada pessoa tem o seu tempo, nos fazendo perceber mais uma vez

que o trauma deixado pelo Holocausto não abandona, em nenhuma circunstância, os que dele sobreviveram.

Ainda tratando sobre *O Diário de Anne Frank*, podemos notar que a reflexão sobre si mesma é algo recorrente na sua narrativa. Além disso, o sentimento de culpa por estar em um lugar “privilegiado” (na ausência de uma palavra que melhor defina o pensamento da autora), enquanto seus amigos estão sendo mortos, também faz parte da sua rotina. “[...] Sinto-me má ao dormir numa cama quente, enquanto em algum lugar meus melhores amigos estão caindo de exaustão ou sendo derrubados”. (FRANK, 2018, p. 81). Mesmo reconhecendo a dificuldade de estar no esconderijo, com sua vida transformada e com todas as consequências que a mudança trouxe pra sua vida, Anne acreditava na existência de lugares muito piores para judeus. E, de fato, havia.

A respeito do que ela pensa sobre a sua personalidade, relata:

Na cama, à noite, enquanto penso em meus muitos pecados e em meus defeitos exagerados, fico tão confusa pela quantidade de coisas que tenho de analisar que não sei se rio ou choro, dependendo do meu humor. Depois durmo com a sensação estranha de que quero ser diferente do que sou, ou de que sou diferente do que quero ser, ou talvez de me comportar diferente do que sou ou do que quero ser. (FRANK, 1998, p. 83).

É possível notar esse tipo de pensamento em vários momentos da leitura. Assim, podemos concluir que o diário em muitos casos – e esse é um deles – cumpre para seu autor a função de estabelecer um diálogo com ele (autor) mesmo, refletindo sobre o seu eu, permitindo, dessa forma, a identificação e a construção de si próprio. Para Zen (2005, p. 05), “[...] Refugiar-se na escrita pessoal implica em pensar, pensar o próprio eu, descrever-se, subjetivar-se. [...]”.

Nesse ponto, podemos perceber certo distanciamento entre as obras de Anne Frank (2018) e Primo Levi (1988), até mesmo porque este último não escreve em forma de diário e, portanto, não apresenta o caráter reflexivo tal como é visto com Anne, nem mesmo o sentimento de culpa demonstrado pela última.

A reflexão sugerida pelo autor Primo Levi não tem relação com o seu próprio eu, mas sim com a condição humana dentro do campo de concentração. Sua obra tende a nos acrescentar tanto quanto a de Anne, já que trata sobre o Holocausto nazista, mas agora visto sob outra perspectiva.

Além do relato de Anne, é importante salientar que também existem outros carregados de culpa, como é o caso de Art Spiegelman que chega a desejar ter ido para

Auschwitz e vivenciado o mesmo que seus pais, considerando-se, assim, culpado por sua vida ter sido mais fácil que a deles. (SPIEGELMAN, 1995, p. 16).

“Peregrinar pelas páginas do diário de uma adolescente de quinze anos é como percorrer uma imensidão de sentimentos que ora emergem como uma explosão, ora aparecem escondidos em meias palavras. [...]” (ZEN, 2005, p. 04). Se podemos concluir isso sobre diários de adolescentes que viveram sob circunstâncias tidas como normais, torna-se ainda mais evidente no caso de Anne Frank, que, além de ser uma adolescente com a referida idade (inicia a escrita aos 13 anos e encerra aos 15), também está a mercê de um contexto “delicado” que influencia a sua maneira de pensar e de agir, ditando assim as relações que ela estabelece com as pessoas que estão ao seu redor.

A rotina dos integrantes do esconderijo chama bastante a nossa atenção. Mesmo “presos”, a educação apresenta um inestimável valor para eles. Anne e Margot, por exemplo, liam cotidianamente e estudavam outras línguas. “[...] As pessoas comuns não sabem quanto os livros significam para alguém escondido. Nossas únicas diversões são ler, estudar e ouvir o rádio”. (FRANK, 2018, p. 118).

Sobre a relação com a sua mãe, Anne relata com frequência os desencontros entre ambas. A autora não consegue ver em Edith, alguém a quem deva admiração e amor. “Eu me agarro a papai porque meu desprezo por mamãe cresce dia a dia, e só por intermédio dele consigo manter o pouquinho de sentimento familiar que ainda trago dentro de mim. [...]” (FRANK, 2018, p. 151). O pai era tudo pra Anne, enquanto que a sua mãe, segundo ela, não representava, de fato, a figura de uma mãe.

A própria Anne explica com suas palavras o que, de certa forma, justifica o comportamento das pessoas que viviam no *anexo*: “[...] Mas é só isso: essa existência cansativa começa a transformar todos nós em pessoas desagradáveis. [...]” (FRANK, 2018, p. 227). A rotina estressante ligada ao caos do Holocausto dificultava o convívio entre as pessoas no esconderijo. Não era fácil para nenhum deles, mas acredita-se que muito menos foi para Anne que teve sua adolescência roubada e precisou encarar a dura realidade muito cedo.

Nesse sentido, tendo em vista a realidade em que se encontrava e todas as consequências que isso trouxe pra sua vida pessoal e familiar, o hábito de escrever acabou se tornando para Anne algo corriqueiro e de grande ajuda, pois segundo ela: “Quando escrevo, consigo afastar todas as preocupações. Minha tristeza desaparece, meu ânimo renasce!”. (FRANK, 2018, p. 260). Nas circunstâncias em que a autora vivia, algo que

pudesse tornar isso real era, sem dúvida, muito importante e bem-vindo. Para ela, perder o diário significava perder tudo.

O ato de escrever, em tempos de guerra, foi de grande importância na vida de muitas pessoas que estiveram em situações ocasionadas pela política nazista, o que vai desde a vida nos guetos até o campo de concentração. Sob essas condições, a escrita surgiu como um meio de sobreviver ao caos – do Campo e da mente. No entanto, não podemos tomar essa visão como única. Devemos considerar os casos em que nem a escrita foi suficiente para fazer com que as vítimas se mantivessem vivas ou então aqueles em que ela foi útil apenas durante um tempo. A exemplo disso, temos Primo Levi (tomando como pressuposto o fato de que ele tirou a própria vida). Dessa forma, “[...] Alguns escritores, apesar de contarem suas histórias, recuperando o equilíbrio interior por alguns anos, sucumbem aos efeitos do Mal absoluto. A esses, a escrita foi incapaz de salvar. [...]”. (REGERT, 2007, p. 62).

Por que quarenta anos depois, suas recordações deixaram de ser uma riqueza? Por que ele perdeu a paz que a escrita parecia ter lhe devolvido? O que ocorreu na sua memória, que cataclismo, naquele sábado? Por que lhe foi de repente impossível assumir a atrocidade de suas recordações? Uma última vez, sem recurso, sem remédio, a angústia se impusera, pura e simplesmente. Sem esquivar nem esperança possíveis. A angústia cujos sintomas ele descrevia nas últimas linhas de *A trégua*. (SEMPRÚN, 1995, p. 244 *apud* REGERT, 2007, p. 62).

De fato, o trauma deixado pelo Holocausto é algo que não deixa de existir simplesmente do dia para a noite. Todo aquele que sobreviveu a situações como essa tende a seguir sua vida com o peso de cada noite mal dormida e de cada morte presenciada, sem falar das inúmeras outras formas de sofrimentos a que foram diariamente submetidos. Como se desfazer de imagens que por dias, meses e até anos lhes foram aterrorizantes durante o período em que no Campo estiveram? Nos parece impossível. Assim, a escrita se estabelece como uma via de escape, não sabendo até quando pode funcionar.

Analisando ainda a obra de Anne Frank, notamos que a autora também refletia em sua narrativa sobre a situação a que estava submetida, além de buscar respostas e os responsáveis para tal conflito.

Quem fez isso contra nós? Quem nos separou de todo o resto? Quem nos colocou neste sofrimento? Foi Deus que nos fez do jeito que somos, mas também é Deus que irá nos erguer no fim. Aos olhos do mundo, estamos condenados, mas, se depois de todo esse sofrimento ainda sobrares judeus, o povo judeu servirá de exemplo. Quem sabe, talvez nossa religião ensine ao mundo e às pessoas o que é a bondade, e talvez esse seja o único motivo de nosso sofrimento. Nunca poderemos ser apenas holandeses, ou ingleses, ou de qual-

quer outra nacionalidade, seremos sempre também judeus. E teremos de continuar sendo judeus, mas, afinal, vamos querer ser. (FRANK, 2018, p. 272).

A religiosidade é um ponto forte da autora. Por outro lado, existem aqueles que ao presenciarem algumas situações por demais devastadoras, não conseguiram tornar a crer na existência de um Ser Divino. Aqui entendemos mais uma vez a importância de analisar cada relato tendo em mente que ele é produto de uma única pessoa e, portanto, apresenta particularidades de quem o produz. Primo Levi, por exemplo, descreve o seguinte pensamento: “Penso, hoje, que ninguém deveria mencionar a Divina Providência, já que existiu um Auschwitz [...]”. (LEVI, 1988, p. 159).

A ideia de vingança não é algo citado por nenhum dos autores – Anne Frank e Primo Levi – e talvez isso seja estranho para nós, tratando-se de um momento tão doloroso da nossa História como foi o Holocausto, ainda mais sabendo que eles o vivenciaram. Ambos pretendem levar ao público o que aconteceu, preservando a memória de um passado que acometeu cada um deles. Fazem reflexões diferentes, mas notadamente importantes para o estudo do assunto. São narrativas diferentes, que nos possibilitam compreender, ou ao menos visualizar, a complexidade e a abrangência de tal fato, mostrando-se, desta forma, que ele não pode ser visto de uma única maneira.

“Como, sem dúvida, você pode imaginar, nós costumamos perguntar, em desespero: ‘Qual é o sentido da guerra? Por que, por que as pessoas não podem viver juntas em paz? Por que toda essa destruição?’”. (FRANK, 2018, p. 290). Podemos perceber aqui mais uma vez que a autora não estava alheia ao contexto em que vivia. Reflexões como essas aparecem também em outros momentos na obra. Por exemplo,

Não acredito que a guerra seja apenas obra de políticos e capitalistas. Ah, não, o homem comum é igualmente culpado; caso contrário, os povos e as nações teriam se rebelado há muito tempo! Há uma necessidade destrutiva nas pessoas, a necessidade de demonstrar fúria, de assassinar e matar. E até que toda humanidade, sem exceção, passe por uma metamorfose, as guerras continuarão a ser declaradas, e tudo o que foi cuidadosamente construído, cultivado e criado será cortado e destruído, só para começar outra vez! (FRANK, 2018, p. 290).

Nas situações em que se encontrava a autora, quem pensaria diferente? Para ela, o mundo estava quieto observando, enquanto milhões de pessoas eram mortas. Qual justificativa, senão o desejo de matar, poderia ser aqui utilizada para explicar o “silêncio” que tomou conta da sociedade? É óbvio que existe uma lógica por trás do Holocausto, e já a discutimos neste trabalho. Utilizamos a citação da autora apenas para de-

monstrar a sua inserção na discussão daquela realidade, mesmo que nos pareça um tanto inocente.

Ainda segundo a autora:

O mundo virou de cabeça para baixo. As pessoas mais decentes são mandadas para campos de concentração, prisões e solitárias, enquanto os mais baixos dos mais baixos governam jovens e velhos, ricos e pobres. Um é preso por negociar no mercado negro, outro por esconder judeus ou pessoas desafortunadas. Se você não é nazista, não sabe o que vai lhe acontecer de um dia para o outro. (FRANK, 2018, p. 314).

Nesse sentido, fica claro que todo aquele que agisse contra o que pregava o nazismo sentiria na pele as consequências de tal ação. A única segurança para um possível amanhã seria justamente fazer parte do grupo de nazistas. À exceção deste, nada era certo para qualquer pessoa.

Nos campos de concentração, como relata Primo Levi em *É isto um homem?* (1988), os prisioneiros buscavam sobrevivência através de relações com membros “superiores”. Isso acontecia através da troca de objetos por alimentos, por exemplo. Assim, ambos ganhavam com a relação estabelecida.

A respeito do que trata seu livro, Primo Levi (1988, p. 07) ressalta:

Este meu livro, portanto, nada acrescenta, quanto a detalhes atrozes, ao que já é bem conhecido dos leitores de todo o mundo com referência ao tema doloroso dos campos de extermínio. Ele não foi escrito para fazer novas denúncias; poderá, antes, fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana. [...].

Pensando desta forma, podemos retornar ao título que o autor utiliza para nomear a sua obra: *É isto um homem?* Assim, correlacionando a citação anterior e a pergunta que Levi faz uso, percebe-se qual o teor da sua narrativa.

Sobrevivente do campo de concentração, o autor através de tal premissa, permeia o campo da memória e traduz para o papel vivências suas e de outros que lhe eram próximos, a fim de demonstrar como se estabeleciam as relações naquele contexto e como o ser humano foi afetado em determinadas circunstâncias. Ao questionar a condição do homem (*é isto um homem?*), Levi pretende justamente enaltecer a quebra da dignidade humana, o que acarreta na desconstrução do ser humano, quando submetido a realidades como as citadas por ele do campo de concentração. A exemplo disso, Levi (1988, p. 25) cita:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de

dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência.

Entende-se, assim, que o sofrimento no campo de concentração não era somente físico. De maneira ainda mais torturante, o homem sofria com a ausência da família e até mesmo de si. Não se podia sonhar, mesmo porque era impossível realizar qualquer tipo de desejo. Segundo o próprio Levi (1988, p. 43): “Ai de quem sonha! O instante no qual, ao despertar, retomamos consciência da realidade, é como uma pontada dolorosa. [...]”. Nesse caso, sonhar era um privilégio. Mesmo tendo o direito a ele, um homem em tal situação não deveria usufruí-lo, tendo em vista que a realidade se tornaria ainda menos aceitável, dificultando cada vez mais a sua sobrevivência ali. Dito isso, compreendemos que nada restava ao homem do Campo. Seguindo essa lógica, Primo Levi (1988) reflete, ao longo da sua obra, sobre a ausência de humanidade, da mínima condição humana possível dos prisioneiros submetidos a situações que tampouco podemos imaginar.

A ideia de levar a público a sua experiência é algo que o próprio autor menciona na obra.

Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar "aos outros", de tornar "os outros" participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. (LEVI, 1988, pp. 07-08).

Notadamente, desde quando estive no campo, o desejo de Levi de manter viva aquela situação na memória das pessoas que não a vivenciaram era algo latente, e isso surgia como um compromisso consigo mesmo. Havia uma necessidade de colocar para fora toda a experiência de vida no referido lugar, porque, para além da libertação do campo, o ser humano carecia da libertação interior, da mente e da alma. A escrita mais uma vez apresenta fundamental importância para as vítimas do Holocausto. Como visualizamos, Anne Frank a utilizou como fonte de refúgio e apoio para sua sobrevivência no *anexo*. Nesse sentido, ao escrever, a autora conseguia se libertar de alguns pensamentos que, de certa forma, lhe custavam a sua paz interior. Da mesma forma, Primo Levi, enquanto sobrevivente do Campo, encontrou na escrita um método para continuar vivo, se não quem era antes do Holocausto, ao menos o que restou dele.

Não é possível apagar as marcas deixadas pelos momentos no Campo. O que sentiu na pele, o que viu ou ouviu. Na maioria das vezes, a experiência traumática exime a vítima de qualquer desejo de viver. Visto isso, como não valorizar algo que pudesse amenizar – o mínimo que fosse – ou ajudar a carregar o peso da memória?

Primo Levi agarra-se à escrita na esperança de reorganizar as ideias e equilibrar, de modo geral, tudo o que ficou, dando-lhe uma nova oportunidade de ser, de existir e, simplesmente, de viver. Além disso, o autor utiliza a própria narrativa como forma de mostrar uma realidade que atingiu não somente a ele, como também a muitas outras pessoas, que ora sobreviveram, ora não.

Ao longo da narrativa, quando lembra das palavras de um amigo do campo chamado Steinlauf, Levi (1988, p. 39) cita:

[...] Seu sentido, porém, que não esqueci nunca mais, era esse: justamente porque o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçarmos por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. [...].

Pensar no fato de ser testemunho e de relatar a experiência no campo é algo comum entre Levi e o amigo que ele menciona. É por meio de tal ato que se torna possível dar voz àqueles que morreram durante a trajetória ou que simplesmente preferiram calar. A questão aqui a ser tratada é como ambos imaginam isso. Steinlauf se lava com frequência, e diz, de modo geral, que é preciso fazer tudo da melhor maneira, se o objetivo for sobreviver. Por outro lado, Levi (1998, p. 38) relata:

Tenho que confessar: bastou uma semana de cativo para sumir o meu hábito de limpeza. Vou zanzando pelos lavatórios, e lá até o companheiro Steinlauf, meu amigo quase cinquentão, de peito nu, esfregando-se ombros e pescoço com escassos resultados (nem tem sabão), mas com extrema energia. Steinlauf me vê, me saúda, e, sem rodeios, me pergunta, severamente, por que não me lavo. E por que deveria me lavar? Me sentiria melhor do que estou me sentindo? Alguém gostaria mais de mim? Viveria um dia, uma hora a mais? Pelo contrário, viveria menos, porque lavar-se dá trabalho, é um desperdício de energia e de calor. [...].

As ações diárias, que na vida de qualquer pessoa comum são dotadas de total sentido quando realizadas, acabam se esvaindo e tornando cada vez menos importantes na vida das pessoas no Campo – com algumas exceções, a exemplo de Steinlauf. Ao mesmo tempo, determinadas práticas que vistas por nós enquanto seres humanos livres são consideradas normais ou sem muito valor, para os que estão no Campo surgem como algo notadamente importante. Por exemplo, quando Art Spiegelman (1995, p. 33)

retrata uma passagem de seu pai vestindo uma roupa melhor do que a que antes usava escreve: “Eu sempre fui bonito... Mas, com aquela roupa, fiquei bacanérismo”. Tratava-se do mesmo “pijama listrado”, com a diferença de que agora era um mais novo e que melhor se ajustava ao seu corpo.

Primo Levi não compreende tudo o que Steinlauf propõe, porque, como visto, ele enxergava as coisas de uma maneira diferente. As palavras do seu amigo soavam-lhe com certa estranheza, da mesma maneira como nos é estranho o fato de alguém lidar com o Holocausto e, ao mesmo tempo, utilizar expressões como “gentilmente” para referir a ações realizadas por soldados ou outros membros superiores aos prisioneiros no Campo, como o faz Levi.

Primo Levi foi preso em 13 de dezembro de 1943, como ele mesmo relata em *É isto um homem?* Inicialmente levado para Fóssoli, próximo a Módena, seguiu para Monowitz ou Buna, Campo de trabalho, denominado também como Auschwitz III. Neste campo, “[...] todos os prisioneiros, uns dez mil, trabalham na instalação de uma fábrica de borracha de nome Buna [...]” (LEVI, 1988, p. 23). Além de sofrerem humilhações de formas variadas, os prisioneiros tornavam-se também “escravos do nazismo”. Ou seja, a máquina econômica da guerra era mantida pelos próprios prisioneiros, que, de igual forma, acabavam mantendo a instalação dos Campos.

É possível perceber ainda através do testemunho de Levi (1988) que os presos estavam divididos através de símbolos costurados nas roupas que usavam. Os judeus, como é conhecido por nós, eram representados pela Estrela de David de cores vermelha e amarela; os criminosos, por um triângulo verde; e os políticos, por um triângulo vermelho. “[...] Os SS estão aqui, sim; poucos, porém, fora do Campo, e raramente aparecem. Nossos verdadeiros patrões são os triângulos verdes, que podem fazer de nós o que querem, e, além deles, os das outras duas categorias que se prestem a secundá-los. [...]” (LEVI, 1988, p. 31). Os roubos eram frequentes no Campo. Por esse motivo, o cuidado com os poucos pertences teria que ser dobrado. Como a comida também era mínima, as pessoas mantinham relações de troca, fazendo-as de maneira discreta, tendo em vista que a prática de tal ação era considerada digna de punição. “Nas trocas, uma colher valia um pão”. (SPIEGELMAN, 1995, p. 29).

No Campo, além da fome, do frio e dos maus tratos, ainda existiam as doenças, estas que, quando agravadas, levavam as pessoas às câmaras de gás. Nesse caso, a inutilidade dos homens era algo inadmissível. “[...] Quem tende a ficar bom, é curado no Ka-Be; quem tende a piorar, do Ka-Be é mandado às câmaras de gás.” (LEVI, 1988, p. 45).

Ka-Be era a enfermaria do Campo. Primo Levi passou por ela com ferimentos por causa do trabalho. Conseguiu sobreviver, diferente de muitos outros. Tais aspectos são característicos do nazismo desde os guetos. Lá, os idosos e crianças, por serem considerados “irrelevantes” para o Estado, eram arrancados de suas famílias e levados para a morte. Quando já vivia em bairro separado dos demais, a família de Art Spiegelman teve que entregar os seus bisavós aos nazistas, já que havia uma lei em que os idosos com mais de 70 anos precisavam ser transferidos para um lugar em que cuidariam melhor deles. A verdade é que este lugar era Auschwitz, e que foram mortos nas câmaras de gás.

[...] Desejaríamos, agora, convidar o leitor a meditar sobre o significado que podiam ter para nós, dentro do Campo, as velhas palavras "bem" e "mal", "certo" e "errado". Que cada qual julgue, na base do quadro que retratamos e dos exemplos que relatamos, o quanto, de nosso mundo moral comum, poderia subsistir aquém dos arames farpados. (LEVI, 1988, p. 87).

É interessante como Primo Levi mantém sua escrita, porque, ao longo dela, nos remete a diversas questões que são importantes para refletirmos sobre as vivências no Campo. Determinados valores da vida além dos arames farpados tornam-se inúteis quando estão aquém deles. Desta forma, é improfícua a utilização de conceitos como “certo” e “errado”, por exemplo. O maniqueísmo é uma armadilha e, por esse motivo, requer o nosso olhar de historiador. Não cabe a nós definir experiências de outros simplesmente como certas ou erradas. A quem esse julgamento favorece?

Ao estudarmos a obra de Primo Levi, conseguimos visualizar – com as limitações que um relato testemunhal apresenta, o que inclui a subjetividade do autor ao escrever sobre uma experiência individual – o dia a dia do trabalho do Campo e, com isso, a escravização e animalização (termo que o próprio Levi utiliza) do homem. Visto isso, como é possível julgar atitudes de prisioneiros que, impulsionados pelo desejo de sobrevivência, realizam “simples” trocas, as quais, seguindo a lógica do Campo, são “erradas” e, portanto, proibidas?

A libertação dos campos de concentração não foi simples. Além do espaço físico, os sobreviventes também precisavam de liberdade interior. E, embora essa liberdade fosse tão esperada por alguns, entendemos que não é fácil – e, talvez, nem possível – retirar da memória, como quem desloca um objeto de um lugar para outro, a experiência de algo que se vivenciou, ainda mais sendo um algo de cunho traumático, como sabemos que foi o Holocausto. Além disso,

[...] a situação extrema do *Lager* levou muitas pessoas à morte da esperança de que aquela realidade pudesse reverter e melhorar, de que houvesse possi-

bilidade, mesmo que remota, de serem libertas do campo, de reencontrarem fora dele os familiares, os companheiros feitos ali, comida, água, oportunidade para recomeçar. [...]. (REGERT, 2007, p. 72).

Vimos através das diferenças entre Primo Levi e o amigo, Steinlauf, que as pessoas no Campo se distanciavam em alguns pensamentos. Entendemos, assim, que existiam aquelas persistentes na crença da sobrevivência e, conseqüentemente, da salvação. Por outro lado, haviam as que perdiam uma parte de si dia após dia com a degradação do ser humano, através de humilhações, maus tratos, e, claro, morte de colegas e familiares por meio das câmaras de gás. A próxima vítima poderia ser qualquer pessoa. Tudo era incerto. Elas dormiam sem saber o que o dia de amanhã guardava ou até mesmo se ele existiria. Por esse motivo, fica justificável a “morte da esperança”. Na maioria das vezes, não havia nada em que pudesse acreditar e isso significava o abandono de si mesmo.

“Liberdade. A abertura na cerca de arame farpado dava-nos a imagem concreta da liberdade. Pensando bem, isso significava nada mais de alemães, de seleções, de trabalho, de pancadas, de chamadas – e, talvez, mais tarde, o retorno”. (LEVI, 1988, p. 170). Retorno a si e à humanidade que lhe foi tomada. Muitas vezes, não foi possível fazê-lo. Talvez as emoções não pudessem voltar, porque também lhe foram tiradas. A forma física do corpo retornaria, mas a mente... Talvez não!

CAPÍTULO 3

MEMÓRIA E HISTÓRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

3.1 A MEMÓRIA E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES

“A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

(JACQUES LE GOFF)

Tendo em vista a sua utilização enquanto fonte documental pela e para a História, é possível afirmar que a memória passou por um processo de metamorfose. Com a ampliação do documento, através dos investimentos da escola dos *Annales*, de simples capacidade de armazenamento ou “arquivo”, esse campo se transformou em possibilidade e caminho para os estudos de diversos aspectos das mais variadas sociedades e culturas.

As memórias, sejam elas escritas ou transmitidas por via oral, desempenharam e ainda hoje desempenham diferentes funções dentro de cada contexto ao qual estão inseridas. A exemplo disso, podemos mencionar o fato de que governantes e líderes políticos faziam e continuam a fazer uso de discursos elaborados, de documentos ou até mesmo dos chamados “lugares de memória” representados por museus, estátuas, dentre vários outros elementos, para manterem vivos na memória coletiva os seus feitos históricos e, portanto, se perpetuarem no poder. De igual forma, os que se opõem a tais governos utilizam os mesmos recursos para “enterrar” as imagens dantes construídas, fazendo com que novas memórias fossem, então, “ativadas”. Nesse sentido, as memórias apresentam um caráter intencional e são ressignificadas para atender as demandas dos grupos que se interessam em mantê-las ou apagá-las.

Ainda assim, mesmo sendo útil para diversas esferas da vida em sociedade, a Memória relutou pra ser aceita em seu viés documental.

Com a abrangência do objeto de estudo da História, foram se alargando também os meios para compreender as ações do homem no decorrer do tempo. Dessa maneira, extinta a ideia de um documento oficial oriundo do Estado, como defendia o positivismo, a Memória, vista com novos olhos, passa a suprir cada vez mais demandas da historiografia.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1984, p. XIX *apud* BARROS, 2011, p. 320).

É importante entender que, como qualquer outro tipo de documento, aquele oriundo da memória individual – produto de um contexto histórico – apresenta igualmente uma intencionalidade, como tão bem nos remonta Jacques Le Goff (1990). Sendo assim, podemos dizer que existem forças, mesmo que a intenção não seja dada de forma direta, que permitem a propagação de determinadas memórias.

No caso aqui estudado, temos uma obra – *O Diário de Anne Frank* – cuja narrativa nos remete a um período histórico. Trata-se, como já foi apresentado, de memórias provenientes da experiência de uma adolescente que viveu escondida durante um pouco mais de dois anos juntamente com sete outras pessoas entre 1942 e 1944.

Em seu relato, a autora Anne Frank transmite a ideia de uma “imortalidade”. Através do testemunho, pretendia perpetuar na memória das pessoas, tendo em vista que fez parte da história do Holocausto. De fato, alcançou tal feito. Ao menos até o tempo

presente, sabemos que *O Diário de Anne Frank* é lido mundialmente e, inclusive, utilizado em várias escolas como documento histórico para compreender os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial.

A questão principal a ser colocada é: a história de Anne sobreviveu por meio do seu simples desejo de se manter “viva” ou por que o contexto do pós-guerra influenciou no que viria a fazer parte da memória coletiva? Ao longo do capítulo procuraremos responder a tal questionamento relacionando, assim, o cenário que se instaurou após o fim da guerra – fortalecimento de um movimento sionista como resposta à violência contra os judeus – e as memórias publicadas posteriormente. Quais os interesses? Como uma ação tem influência na evolução da outra?

Nesse momento, analisaremos ainda alguns aspectos relacionados à memória a fim de melhor contextualizar a discussão que propomos desenvolver.

[...] A história e a memória entrelaçam-se nas memórias históricas para preencher uma função importante: quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro destas memórias. Foi assim, por exemplo, que se intensificou o interesse pela produção das memórias do holocausto. [...]. (BARROS, 2011, p. 331).

É certo que haverá um tempo em que todas as vítimas do Holocausto irão sumir. Sendo assim, compreendemos a importância dada a testemunhos que descendem desse fato histórico. É preciso valorizar a narrativa daqueles que vivenciaram tal horror, porque assim torna-se possível o alcance de diferentes perspectivas concernentes a um único acontecimento. Ao mesmo tempo, reconhecemos a necessidade de se ter um cuidado ao analisar o tipo de fonte que aqui nos remetemos. Na verdade, essa é uma cautela que permeia a História e todas as relações que com o seu objeto de estudo estabelece. Mas, tratando especificamente do campo da memória (memórias individuais e coletivas), é importante ressaltar que esta não pode ser vista como a realidade propriamente dita. De fato, qualquer certeza como essa deve ser descartada. Não é possível encontrar em nenhum tipo de documento algo que transpareça esse aspecto, mesmo porque, antes de mais nada, ele é fruto de um conjunto de interesses e, conseqüentemente, diz respeito ao contexto de produção e às forças que nela estabelecem.

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ocupo, e que mesmo este lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51 *apud* ALBUQUERQUE JR., 1994, pp. 40-41).

Percebe-se – ainda com mais clareza – o quanto o espaço em que o indivíduo está inserido interfere na sua produção. Por um lado, a memória individual carrega aspectos de uma memória coletiva, de algo que está posto à disposição de todos. Não é possível, nesse sentido, produzir algo indiferente à conjuntura que se estabelece ao seu redor, tendo em vista que sofreremos, de maneira direta ou não, intervenções do grupo e/ou da sociedade aos quais estamos ligados. A memória coletiva, por sua vez, parte de uma série de fatores políticos e sociais. Tudo o que permanece, permanece porque algum grupo influenciou ou incentivou tal propagação. Desta maneira, não podemos considerar a memória como um campo estático. Enquanto fonte de estudo, deve ser questionada e problematizada, considerando suas condições de fabricação e as intencionalidades que abrangem.

Além das memórias escritas, também podemos mencionar aquelas que são difundidas pela oralidade. Muitas pessoas, grupos e comunidades utilizam a oralidade para relatar experiências pessoais – de algum período de suas vidas – ou de seus antepassados. Nesse sentido, a memória não deixa de ser menos importante, tendo em vista que – assim como a que é transmitida de maneira escrita – também cumpre o papel de estabelecer uma comunicação entre aquele que externaliza as vivências e a pessoa que o escuta, objetivando manter a veiculação e a preservação para gerações futuras.

3.2 O DIÁRIO DE ANNE FRANK E A SUA INSERÇÃO NA HISTÓRIA

Agora que nos situamos melhor em relação a alguns aspectos do campo da memória, adentraremos na questão principal e que será a partir de agora alvo de discussão deste trabalho: as forças que influenciaram no sucesso de *O Diário de Anne Frank*.

A única consequência direta e não adulterada dos movimentos antissemitas do século XIX não foi o nazismo, mas, ao contrário, o sionismo, que, pelo menos em sua forma ideológica ocidental, assumiu o aspecto de consciente contraideologia, de “resposta ao antissemitismo. [...]”. (ARENDR, 2012, p. 23).

A política nazista que procurou dizimar todos os judeus através de uma “solução final” – por meio da transportação para os campos de concentração e, consequentemente, para as câmaras de gás – foi a mesma que acabou se transformando em ponte e justificativa para que houvesse um movimento sionista de maior força. Nós entenderemos o porquê. Antes, é importante saber que o movimento não tem suas raízes no século XX, com o Holocausto, tendo em vista que

O sionismo como movimento político em prol da criação de um Estado judeu iniciou-se no século XIX e tem no jornalista judeu húngaro Theodor Herzl seu maior expoente. Mas, se entendermos o âmago desse movimento como a aspiração do judeu da diáspora ao retorno à Terra de Sião, reconheceremos que o sionismo existe desde o Exílio da Babilônia, no século VI a.C. [...]. (LEVY, 2015, p. 09).

Dessa forma, entendemos que o movimento sionista está pautado mais em questões religiosas, se pensarmos em sua trajetória anterior ao Holocausto. Para além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de criação de um Estado para os judeus ganha um novo sentido, agora mais urgente, como os sionistas fizeram as pessoas acreditarem, tornando-se também uma questão política, social e de reparação ao povo judeu.

Por esse motivo, podemos entender a fundação do Estado de Israel como uma consequência do Holocausto, ressaltando a apropriação do discurso feita pelos que defendiam e apoiavam a causa judaica e um Estado que, por direito, deveria ser assegurado aos judeus.

Ainda assim, é importante atentar para o fato de que também “o revisionismo e o negacionismo histórico, utilizados hoje para distorcer e mesmo negar a ocorrência do Holocausto, mantêm-se utilizando o Holocausto como evento único causativo para a criação do Estado de Israel. [...]”. (LEVY, 2015, p. 17). É como se o Holocausto tivesse sido uma invenção necessária para justificar a criação do Estado. Olhando através do que acreditavam os negacionistas e revisionistas, a ideia do Holocausto foi uma construção para atender aos interesses dos sionistas. Estes, por sua vez, utilizaram o acontecimento como forma de comoção, a fim de atrair olhares para a questão que lutavam e, portanto, conseguirem alcançar o objetivo da criação do Estado de Israel no território da Palestina.

De toda forma, é certo que morreram milhões de judeus nos Campos, nos guetos e durante todo o século XX. Sendo assim, os sobreviventes da população judaica “precisavam” de um território para se estabelecer. A criação do Estado de Israel, com o fim da Segunda Guerra Mundial, passa, então, a ser uma prioridade, avivando, desta forma, o sionismo.

Observado o alcance do Holocausto, de acordo com o sionismo, não havia mais possibilidades para uma paz permanente (ou até mesmo temporária) entre judeus e não judeus na Europa. Dessa maneira, os sionistas utilizando tal discurso e o propagando através de meios de comunicação, chamavam a atenção das pessoas para a necessidade de um território que pudesse responder satisfatoriamente a questão judaica.

Assim, o Estado de Israel foi criado, atendendo a justificativa sionista, em 1948, com o fim de preservar o que havia sobrevivido da população judaica após o término da Segunda Guerra, o que, por outro lado, também envolve questões ligadas a política internacional e aos interesses no Oriente Médio de países como EUA.

É válido ressaltar aqui que o ódio aos judeus não teve fim com a criação do Estado. Com a chegada deles no território da Palestina, conflitos árabes-israelenses se tornaram frequentes, e, ainda hoje, não se pode dizer que houve a resolução dos problemas gerados pela migração.

O objetivo dos sionistas era claro quanto ao território que desejavam estabelecer o Estado de Israel. Visando a aprovação da partilha da Palestina, utilizaram de todos os meios para angariar fundos e votos favoráveis à causa que defendiam. A propaganda em prol da criação do Estado atuou de forma bastante influente nos EUA, por exemplo. Aqueles que se demonstravam contra eram perseguidos e “castigados” por agirem de tal maneira. De acordo com Gomes (2001), o New York Times era visto como um jornal antissionista e, portanto, sofria retaliação por apresentar um posicionamento que não favorecia a causa.

Aos árabes que residiam no território, coube a responsabilidade de abrigar, por decisão de outros, os sobreviventes do Holocausto e os judeus que estavam espalhados por diversos países e acreditavam que Israel era o lugar apropriado para viverem. A migração dos judeus para a Palestina não foi algo aceito pela população árabe. Dessa forma, a possibilidade de paz entre ambos era nula. A configuração do território não agradou aos já então moradores da Palestina, o que desencadeou uma série de conflitos entre árabes e israelenses. Além da divisão insatisfatória, também ressaltamos a questão religiosa, tendo em vista que Jerusalém é uma terra importante para ambos os povos e que nenhum deles cederia em função do outro.

Nesse sentido, o Estado de Israel foi criado através de uma política sionista que esteve estrategicamente embasada no discurso religioso, o qual os judeus apresentavam direitos com relação à “Terra Prometida”; além de fazer uso de uma narrativa que aponta para a necessidade de um lar para os judeus que vinham sofrendo com o antissemitismo.

A criação do Estado de Israel esteve inserida em um contexto de Guerra Fria e, portanto, envolveu países como EUA e URSS que apresentavam interesses no Oriente Médio e na forma como os territórios estavam organizados.

Visto isso, podemos nos perguntar qual a relação entre *O Diário de Anne Frank* e o objetivo dos sionistas. De fato, o sucesso do *Diário* tem ligação com o contexto histórico em que a autora o escreveu. As pessoas se interessaram em lê-lo porque apresentava um tipo de narrativa que era nova ao público. Mas não só isso. Publicada pela primeira vez em 1947, a obra – dentre outras possibilidades de propaganda – serviu para os sionistas e todos os que se importavam com a “questão judaica” como um meio de exemplificar o Holocausto e, portanto, justificar a necessidade de um Estado para os judeus.

Desse modo, a narrativa de Anne Frank, propositalmente ou não, esteve inserida no pós-guerra e, por se tratar de uma narrativa que, conseqüentemente, comoveria a população pelo teor da sua escrita, contribuiu significativamente para o alcance do objetivo sionista.

Não desconsideramos aqui a estrutura do diário, a forma como a autora o escreve, as vivências que transcreve e muito menos o seu desejo de ser lembrada. Mas, acima de tudo, devemos entender que “[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. [...]” (LE GOFF, 1990, p. 426). Assim, existem forças – como já mencionamos – que definem o que deverá ser lembrado. Isso tem a ver com o contexto histórico e com as figuras políticas que dele pretendem tirar proveito. Portanto, mesmo que não houvesse uma intenção direta da autora ou do pai ao longo da edição, há, por outro lado, o interesse das editoras e fatores político-sociais que influenciam na propagação de algumas memórias e/ou no apagamento de outras.

O Diário foi publicado em diversos países. Inicialmente na Holanda, depois também na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Em cada um deles, a narrativa de Anne Frank foi recepcionada de maneira singular. A tradução alemã, por exemplo, motivada pela relação direta que o país tinha com a situação vivenciada e narrada pela autora,

[...] errou o tom em algumas passagens, e, por medo de repelir seu público projetado, omitiu referências ao sentimento antigermânico no anexo secreto. As proibições de ouvir estações de rádio alemãs e falar alemão – um problema para a sra. Frank e a sra. Van Pels, que nunca haviam se tornado inteiramente fluentes em holandês – não aparecem em parte alguma da edição, e uma referência ao ódio entre judeus e alemães foi alterada, substituindo-se alemães em geral por “esses alemães”. (PROSE, 2010, p. 82).

O Diário de Anne Frank deixou de ser um simples relato e foi se transformando em mercadoria. Portanto, como toda mercadoria, deve atender as necessidades do “cliente” e o desejo do vendedor. Sendo assim, a edição alemã com o intuito de amenizar os

efeitos deixados pela Guerra, propõe um texto com traços menos antissemitistas e, de certa forma, mais favoráveis ao país.

Por outro lado, nos EUA e na Grã-Bretanha, ainda havia, inicialmente, um certo receio quanto a publicação do *Diário* justamente por tratar de um conteúdo delicado “[...] tendente a lembrar aos leitores o que eles desejavam esquecer. [...]”. (PROSE, 2010, p. 83).

Nos EUA, a obra “caiu” nas mãos de Judith Jones – assistente de departamento de uma editora chamada Doubleday – e, mesmo que não houvesse nenhuma expectativa por parte da editora quanto a sua publicação e, possivelmente, ao sucesso da obra, *O Diário de Anne Frank* foi incentivado à publicação por influência sua e acabou surpreendendo a todos que duvidaram da existência de um público que se interessasse pela leitura. Aos poucos, foi se tornando de grande renome no referido país. (PROSE, 2010).

Percebe-se, então, que cada país editou o texto à sua maneira, de acordo com a realidade e o contexto de inserção, o que, portanto, nos remete à discussão que realizamos a respeito da memória coletiva e do que deve ou não ser lembrado. São pessoas, grupos e situações que determinam o que precisa permanecer na coletividade. Além disso, enquanto fonte lucrativa, o *Diário* foi revisto, recortado e adequado à sociedade – tudo para atender a demanda de um público.

Nesse sentido, é importante entender as várias utilizações feitas pelos grupos. Além disso, é necessário ter a consciência de que essas apropriações atendem a diferentes interesses, devendo ser compreendidas a partir do objetivo estabelecido por cada grupo de forma individual.

[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545).

No geral, entendemos que *O Diário de Anne Frank* enquanto fruto de um contexto histórico, no caso o Holocausto, se inseriu na memória coletiva não de modo aleatório ou desproposital. De documento, a narrativa de Anne se transformou em monumento porque grupos a utilizaram para remeter ao Holocausto e justificar a necessidade de uma atenção para o problema do antissemitismo na Europa e, conseqüentemente, para a solução representada pela criação do Estado.

Nesse sentido, enquanto produto de uma realidade, *O Diário de Anne Frank* deve ser visto como um instrumento que foi utilizado pelo sujeito histórico para atender

seus devidos interesses. A obra sobreviveu porque determinado grupo (sionista) – detentor de certo poder quando publicada pela primeira vez em 1947 – permitiu sua propagação, tendo em vista a utilidade do texto para a resolução de questões que foram postas ou retomadas com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Tudo o que permanece ou é apagado da memória coletiva tem ligação direta com os interesses dos grupos dominantes. Portanto, nenhum documento deve ser analisado alheio a essa realidade. E *O Diário de Anne Frank*, sendo um, foi mantido e veiculado através de forças que estão para além do desejo da autora. Compreendendo o seu contexto de produção e publicação, estamos também conhecendo que grupos são esses e quais objetivos apresentam com a utilização da narrativa, justificando, assim, a sua permanência na história.

3.3 “LUGARES DE MEMÓRIA”: A MUSEALIZAÇÃO DO PASSADO E A RELAÇÃO COM O PRESENTE

[...] Onde existe o humano, pode-se dizer que a memória estabelece-se, gerando os seus lugares. Desde as células familiares, que organizam sua memória através de recursos os mais diversos como as genealogias e os álbuns de fotografias, até as grandes Nações que erguem museus e arquivos para dar visibilidade à sua própria identidade, a Memória apresenta definitivamente muitos “lugares”. (BARROS, 2011, p. 330)

Os chamados “lugares de memória” designam diferentes papéis dentro da sociedade, e isso vai desde o seio familiar – demonstrando o íntimo/particular – até a coletividade representada pelos acontecimentos vistos ou transformados em marcantes pela e para a sociedade. Aqui podemos ressaltar a ação de figuras principalmente políticas que utilizam determinados fatos ao seu favor, convertendo-os, assim, em grandiosos na memória coletiva, e, mais ainda, em possibilidade para se autoproclamarem como benfeitores, visando, desta forma, a construção de uma imagem positiva e a perpetuação da mesma.

Trataremos de modo específico neste tópico sobre os Museus, tendo em vista que propomos entender algumas questões relacionadas à Casa Anne Frank – lugar em que ela se manteve escondida com a família durante a Segunda Guerra Mundial e que, com o fim desta, passou a fazer parte do conjunto de ambientes que apresentam a função de estimular a memorização das pessoas com relação a alguns acontecimentos. Nesse sentido, é importante que atentemos a determinados aspectos concernentes à construção dos ditos “lugares de memória”, como é o caso em que estudaremos, para melhor

nos inserir na discussão e entender o sentido e o intuito da manutenção de certos espaços históricos.

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história. (NORA, 1993, p. 14).

Ao relacionar a necessidade de memória com a demanda da história, Nora pretende explicar que os lugares destinados à memorização são vestígios de algo que desapareceu. Tratando-se de fatos históricos, podemos entender que existe um processo de transição, em que a experiência deixa o campo da memória individual – algo particular – para, através das ações dos homens (ressaltamos novamente a intencionalidade dessas ações e a importância de entender a memória dentro do jogo de interesse estabelecido entre os sujeitos históricos), adentrar na memória coletiva.

Se utilizarmos o caso Anne Frank para exemplificar tal relação, compreenderemos como esse aspecto é algo presente quando se pensa na musealização do passado. Após o sucesso da obra – *O Diário de Anne Frank* – Otto Frank cuidou em manter o local como referência à imagem de sua filha e a experiência que ali tivera.

No início, houveram alguns problemas relacionados ao prédio, tendo em vista que uma companhia têxtil chamada Berghaus havia comprado o quarteirão em que o *anexo* estava inserido com a pretensão de derrubar todas as casas e construir um escritório. (PROSE, 2010).

No entanto, a narrativa de Anne Frank já era conhecida mundialmente e as pessoas visitavam o local de maneira informal com a ajuda de Johannes Kleiman. Sendo assim, apoiada pelo prefeito de Amsterdã, teve início uma campanha em prol da manutenção do prédio.

[...] Diante de uma ampla oposição, a Berghaus voltou atrás, e um esforço para o levantamento de fundos reuniu o capital necessário para a compra da propriedade. O sucesso desse esforço permitiu o estabelecimento da Fundação Anne Frank, em maio de 1957, e Otto Frank financiou a compra do prédio vizinho, especificando que deveria ser usado como centro educacional. (PROSE, 2010, p. 156).

A inauguração da Casa Anne Frank aconteceu em 1960. Desde então, milhares de pessoas visitam anualmente o lugar. Para os que conhecem a história da família Frank e que sentem pelo destino final de cada um dos que estiveram na Casa, a realização da visita possui um significado muito importante. Além disso, “[...] a fundação desenvolve materiais educativos, sustenta uma exposição itinerante, acompanha incidentes

de racismo no mundo inteiro, dá apoio a pesquisas sobre o Holocausto e os direitos humanos e supervisiona o arquivo de Anne Frank”. (PROSE, 2010, p. 158).

Visto sob esta perspectiva, notamos que o sentido dos Museus está para além da experiência individual de quem ele representa. A Casa Anne Frank, mais do que a apresentação de algo particular, acaba abrangendo também outras vivências do Holocausto e, de acordo com o objetivo de Otto, busca a conscientização das pessoas a respeito do preconceito contra Anne, sua família e todos os judeus.

Sabemos que Otto Frank foi o único sobrevivente dentre as oito pessoas que estiveram escondidas no *anexo secreto*. Sendo assim, chegaria um momento em que ele – enquanto último testemunho – também viria a falecer. A Casa Anne Frank surge, então, como possibilidade de manter, estrutural e simbolicamente, algo que em sua forma original já desapareceu. É justamente esse o sentido apresentado pelos museus, ressaltando as reelaborações feitas e os interesses dos grupos em mantê-los enquanto espaços destinados a propagação de determinadas memórias.

Ainda de acordo com Pierre Nora (1993, p. 22), o “lugar de memória” (termo introduzido pelo referido autor)

[...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.

Independente de qual “lugar de memória” tratamos, seja uma simples imagem ou mesmo os museus de história, a perpetuação da memória é uma característica pertinente a “espaços” como esses, visto que o passado não deixa de ser passado e somente através dessa transmissão de vivências é que as gerações do presente e do futuro terão, de certa forma, um contato físico com determinadas realidades que fizeram parte da nossa história.

Tomemos os álbuns de família como exemplo para entendermos um pouco sobre esse aspecto. De modo geral, as famílias guardam a lembrança dos momentos vividos através de fotografias que são organizadas em álbuns. Hoje, com o avanço da tecnologia, a maioria das pessoas utiliza seus *smartphones* para registrar ocasiões importantes – ou não – de suas vidas. Entendemos, assim, que a foto enquanto “lugar de memória”, capta, congela e perpetua uma perspectiva da experiência vivida em um curto espaço de tempo. Experiência esta que, como já é de nosso conhecimento, não voltará a se repetir tal como naquele instante. Nesse sentido, para a família, os álbuns surgem como oport-

tunidade para fazer lembrar ou mesmo fazer conhecer – no caso das gerações posteriores – pessoas e momentos que pela ordem das coisas não retornarão para serem vivenciados outra vez.

Os museus de história, como é o caso do Museu Casa Anne Frank, se transformam em museus devido a algumas questões que são antecedentes à própria definição do espaço enquanto “lugar de memória”. No exemplo citado, podemos retomar um pouco da discussão sobre memória e os aspectos que estabelecem determinados fatos como “dignos” de se manterem na memória coletiva. Aqui podemos mencionar os interesses políticos e os demais fatores externos que influenciam na perpetuação de determinadas memórias e/ou no esquecimento de outras.

A Casa Anne Frank existe porque a história de Anne Frank ganhou visibilidade, e isso não aconteceu de modo aleatório. Nada permanece por acaso ou sem a intervenção do homem. Sendo assim, segundo Vieira (2017, p. 159)

Os museus, por definição, possuem remanescentes do passado, expostos no presente e, possivelmente, preservados para o futuro. Nesse sentido, os museus como fonte histórica devem ser pensados através de sua potencialidade na construção discursiva de suas narrativas históricas, que procuram dar sentido aos eventos do passado. Portanto, é papel do historiador reconhecer que há tensões latentes entre história e memória nas construções de discursos nos museus.

Assim como com toda fonte documental e histórica, é necessário saber lidar também com as particularidades dos museus e entender qual metodologia melhor se adequa para o estudo desse tipo de “lugar de memória”. Além disso, é importante salientar que, de maneira geral, os museus passaram por um processo de transformação.

Os museus do Holocausto fazem parte do conjunto de locais que apresentam para além do caráter estético, o papel de estimular a reflexão do público. Um exemplo dessa classificação é o Museu Memorial Auschwitz-Birkenau. São espaços que visam uma interação entre o público e o que está sendo exposto. É importante ressaltar que, partem também de um conjunto de ressignificações que devem ser entendidas a partir do contexto em que os referidos museus foram instalados e dos grupos de interesses que atendem.

Dessa maneira, os museus são transformados simbolicamente a partir das memórias vigentes e das intenções que se apresentam com elas. No caso do Museu Casa Anne Frank, é necessário entender que o seu sentido está para além da comoção do espaço, e que o que foi eleito para ser preservado diz respeito a algo maior e coletivo, o Holocausto.

No decorrer da escrita do seu Diário, Anne Frank nos situa quanto a definição do espaço e como os cômodos eram organizados. Desta forma, para o leitor que visita o Museu, o ambiente significa muito mais do que para alguém que não conhece a história de Anne. Ainda assim, é um local que foi mantido não para preservar a imagem de Anne Frank, de modo individual, mas como uma projeção de um contexto social e de um dado recorte histórico que foi escolhido para se perpetuar na memória.

Sob essa perspectiva, os “lugares de memória” atuam, atendendo a interesses sociais e possibilitando a mediação entre contexto histórico e sociedade a partir de reelaborações feitas e das ressignificações atribuídas aos espaços e aos objetos que os constituem.

[...] Os museus são, por sua vez, instituições sociais complexas que ocupam um lugar fundamental no circuito cultural e na mediação entre cultura e sociedade. Estes espaços culturais criam novos sentidos e (re)definem a realidade, pelo que são considerados práticas de significação. E é nessa condição que se revelam instituições essenciais na conservação e produção de identidades e memórias coletivas [...]. (MARQUES, 2013, p. 236).

Não podemos negar a importância desses espaços para a sociedade, tendo em vista todas as funções elucidadas no decorrer da discussão e, portanto, sua contribuição no resguardo de determinadas memórias.

Ainda sobre isso, é essencial ressaltar que “[...] Os museus, devido à sua natureza simbólica e também à natureza dos seus conteúdos, foram apropriados como expressões nacionais ou locais de identidade, e da ideia de ter uma História própria — o equivalente à memória pessoal, mas na forma coletiva. [...]”. (MARQUES, 2013, p. 237).

O Museu Nacional do Brasil, por exemplo, carrega diversos objetos e arquivos que dizem respeito a história do país. Sendo assim, esse espaço contribui, de modo abrangente, na facilitação do encontro entre as pessoas e o conhecimento dos fatos – ou parte deles – que foram escolhidos para compor a história nacional. O incêndio que ocorreu em 2018 e a comoção causada pela perda de boa parte dos itens demonstram o significado que esses lugares apresentam dentro da sociedade.

Os museus locais ou, no caso do Museu Casa Anne Frank, visto de maneira específica – recorte de um fato ainda maior: o Holocausto – tem a função de incluir e dar visibilidade a outras histórias que, por diversos motivos, não puderam ser lidas ou conhecidas. Nesse sentido, como já mencionamos no decorrer do trabalho, Anne Frank, através do seu testemunho, atribui som a milhares de vozes que foram silenciadas. O museu que carrega o seu nome também atua sob essa ótica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos com esta pesquisa contribuir historicamente para o debate que permeia o Holocausto nazista e as possibilidades que se apresentam enquanto fontes documentais, como é o caso de *O Diário de Anne Frank*, a fim de problematizar e encontrar as pontes que interligam o fato, a autora e a memória histórica.

Tomando como pressuposto a ideia de que nada existe sem que forças externas (ou próprias da pessoa e/ou grupo que produz o conteúdo) exerçam influência sobre o que se é questionado, entendemos também a inserção de *O Diário de Anne Frank* nessa discussão e propomos analisar de que forma o contexto histórico que se instaurou com o fim da Segunda Guerra se tornou, de certa forma, coadjuvante na perpetuação do *Diário*, que posteriormente, assim como diversas outras obras, relatos e vivências, foi colocado como prova de algo tão grande e bárbaro que acometeu o povo judeu e, portanto, utilizado como referência para a efetivação da criação do Estado de Israel.

Desse modo, situamos e nos propomos a discutir algumas referências bibliográficas com o intuito de embasar a pesquisa e entender desde a biografia da autora Anne Frank até o momento que emergiu na História sendo referenciada no que diz respeito ao assunto que tratamos.

Ao mesmo tempo que compreendemos ao longo da discussão a importância do gênero autobiográfico e da literatura de testemunho para o conhecimento de determinados fatos históricos, a presente pesquisa atuou também na identificação de outras vozes, pessoas esquecidas, marginalizadas e/ou que não tiveram a oportunidade de relatar as suas experiências por motivos que aqui já foram vistos.

Nesse sentido, Anne Frank, Primo Levi e Art Spiegelman, dentre muitos outros nomes de destaque na história testemunhal do Holocausto, ao transmitirem suas experi-

ências permitem que outras vítimas sejam ouvidas e, portanto, integradas à História tanto quanto eles são.

Já sabemos que a permanência ou o esquecimento de algo perante a História atende a interesses políticos e sociais de determinados grupos. Sendo assim, podemos concluir, mediante as análises feitas, que Anne Frank e a sua obra não se perpetuaram unicamente porque assim a autora queria. Ligado a isso – e considerado ainda de maior influência na propagação do *Diário* – temos uma conjuntura política liderada por judeus que, buscando “solucionar” a questão do antissemitismo e reduzir as consequências do Holocausto, propõe cada vez mais realizar a separação entre judeus e não judeus através da criação do Estado de Israel.

Entende-se, desta maneira, que a imortalidade desejada por Anne enquanto escrevia seu *Diário* não se concretizou alheia a história e contexto existentes ao seu redor. Ao mesmo tempo, não podemos negar que a forma e a realidade sobre as quais escreve também contribuíram para divagar a sua obra. Pensando assim, a pesquisa nos permitiu analisar determinados aspectos da obra, da autora e de sua inserção na história, possibilitando a compreensão dos fatores que em conjunto tornaram a sua leitura importante para os judeus e para a história do Holocausto.

Por outro lado, a insuficiência de referências e informações que tratem sobre o processo de musealização da Casa Anne Frank impossibilitou a conclusão de forma efetiva de um dos objetivos propostos. De toda forma, entendemos que a manutenção de espaços como esse parte de um conjunto de reinterpretações que objetivam o alcance de determinados interesses políticos e sociais idealizados pelo sujeito histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Violar Memórias e Gestar a História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”.

CLIO – Série História do Nordeste, n. 15, p. 39-52, 1994.

ANDRADE, Fernanda Jaime. A escrita de si: história e memória no diário de uma adolescente (Castanhal, 1990-1994). **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, p. 01-17, 2015. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427517605_ARQUIVO_FernandaJaimeANdrade.pdf. Acesso em: 18 abr. 2019.

ARENDT, Hannah, 1906-1975. Parte I – Antissemitismo. *In*: ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 17-177.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 7, 2005. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=7. Acesso em: 18 ago. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BARROS, José D’Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, p. 317-343, 2011.

BEIERSDORF, Danielle da Silva Maçaneiro. **Memória e testemunho: relatos de sobreviventes do Holocausto**. 2010. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade

Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/danielemaacaneiro.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

FRANK, Anne, 1929-1945. **O diário de Anne Frank**. Tradução de Alves Calado. 74^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GARCIA, Neiva Kampff; MARTINS, Cláudia Mentz. O silêncio audível em *É isto um homem?*, de Primo Levi. **Revista Nau Literária**, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 02, p. 115-134, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/76174>. Acesso em: 19 ago. 2019.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. 2001. 142f. Dissertação. Departamento de Ciência Política – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002163759/publico/TeseAuraGomes.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

HENRIQUE, Márcio Couto; SULIMAN, Sara da Silva. Diário íntimo: fonte de pesquisa e instrumento pedagógico. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 27-44, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2012v17n2p27>. Acesso em: 18 abr. 2019.

KRASOTA, Ingrid Maria Silva. **O Diário de Anne Frank: a narrativa de testemunho no gênero autobiográfico**. 2014. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Letras – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/browse?type=author&value=Krasota%2C+Ingrid+Maria+Silva>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535-549.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 423-477.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** / Primo Levi; tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVY, Sofia Débora. Sionismo, Holocausto e revisionismo: uma análise crítica. **Web-Mosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.7, n.2, p. 09-18, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/63014/36726>. Acesso em: 22 set. 2019.

LIMA, Nádia Laguárdia de; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. O diário íntimo como produto da cultura moderna. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 62, n. 1, p. 22-34, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2019.

MACIEL, Carolina Pina Rodrigues. Literatura de testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagiza e Michel Laub. **Opiniões: Revista dos alunos de literatura brasileira**, São Paulo, n. 9, p. 74-80, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/124618>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MARQUES, Joana Ganilho. Museus Locais: conservação e produção da memória coletiva. **Revista Vox Musei arte e patrimônio**, v. 1, p. 235-246, 2013. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9158/2/ULFBA_PER_Joana%20Ganilho%20Marques.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PEREIRA, Márcia Helena de Melo; SILVA, Jocelma Boto. O gênero diário pessoal: como se confecciona o íntimo. **Revista Línguas & Letras**, Paraná, v. 16, n. 34, p. 264-285, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11973>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PRESSLER, Mirjam. **A história da família de Anne Frank** / Mirjam Pressler; tradução de André Delmonte, Herta Elbern e Marlene Holzhausen. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2016.

PROSE, Francine. **Anne Frank**: a história do Diário que comoveu o mundo / Francine Prose; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

REES, Laurence. As origens do ódio. *In*: REES, Laurence. **O Holocausto** : uma nova história. São Paulo: Vestígio, 2018, p. 13-27.

REES, Laurence. O nascimento dos nazistas (1919-1923). *In*: REES, Laurence. **O Holocausto** : uma nova história. São Paulo: Vestígio, 2018, p. 28-45.

REGERT, Vera Silveira. **Em defesa da herança de Auschwitz** : releitura da história do holocausto por meio da escritura autobiográfica das vítimas / Vera Silveira Regert; orientadora, Alba Olmi. - 2007. 200 p. : il. Dissertação (mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610>. Acesso em: 22 mai. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Revista do Mestrado em Letras da UFSM**, Rio Grande do Sul, n. 16, p. 09-37, jan/jun 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03-20, 2010. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1585>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados**

de História, São Paulo, v. 30, p. 71-98, jun. 2005. Disponível

em:<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255/1348>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. Trad. Ana Maria de Souza Bierrenbach, v. I, São Paulo: editora brasiliense, 1987.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente II: e foi aí que começaram meus problemas. Trad. Maria Esther Martina, v. II, São Paulo: editora brasiliense, 1995.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 139-162, 2017.

ZEN, Mariane Werner. Íntimo e Pessoal: A agenda como um espaço de constituição de si. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, p. 01-08, 2005. Disponível em:https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_2d856a1ab93c97629177ef17b664ab4c.pdf. Acesso em: 18 abr. 2019.

ZUIN, José Carlos Soares. Um autorretrato de Primo Levi. As raízes literárias da narrativa de Auschwitz. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 2, jul/dez 2013, p. 216-242. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/852>. Acesso em: 20 ago. 2019.